

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciências Sociais**  
**Departamento de Antropologia**

**RAIVA, DOR, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA:**  
**Mulheres no contexto da Universidade de Brasília**

**Ana Paula Santos Gonçalves Dias**

Monografia apresentada junto ao  
Departamento de Antropologia da  
Universidade de Brasília, como  
habilitação em Antropologia.

**Brasília**

**2018**

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciências Sociais**  
**Departamento de Antropologia**

**RAIVA, DOR, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA:**

**Mulheres no contexto da Universidade de Brasília.**

**Ana Paula Santos Gonçalves Dias**

Profa. Silvia Maria Ferreira Guimarães -  
Orientadora e Presidente da Banca.  
Departamento de Antropologia,  
Universidade de Brasília.

Profa. Érica Quinaglia Silva - Membro da  
Banca. Departamento de Saúde Coletiva,  
Universidade de Brasília.

**Brasília**

2018

**Em legítima defesa**

Só estou avisando, vai mudar o placar....  
Já estou vendo nos varais os testículos dos homens,  
que não sabem se comportarem  
Lembra da Cabeleireira que mataram, outro dia,  
... E as pilhas de denúncias não atendidas?  
Que a notícia virou novela e impunidade  
É mulher morta nos quatro cantos da cidade...  
Só estou avisando, vai mudar o placar...  
A manchete de amanhã terá uma mulher,  
de cabeça erguida, dizendo:  
- Matei! E não me arrependo!  
Quando o apresentador questiona – lá  
ela simplesmente retocará a maquiagem.  
Não quer esta feia quando a câmera retornar  
e focar em seus olhos, em seus lábios...  
Só estou avisando, vai mudar o placar...  
Se a justiça é cega, o rasgo na retina pode ser acidental  
Afinal, jogar um carro na represa deve ser normal...  
Jogar a carne para os cachorros procedimento casual...  
Só estou avisando, vai mudar o placar...  
Dizem, que mulher sabe vingar  
Talvez ela não mate com as mãos, mas mande trucidar...  
Talvez ela não atire, mas sabe como envenenar...  
Talvez ela não arranque os olhos, mas sabe como cegar...  
Só estou avisando, vai mudar o placar...  
Elizandra Souza

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de começar este texto agradecendo às mulheres que estão presentes na minha vida, pois graças a essas mulheres que me transformei em uma mulher forte! Primeiro gostaria de agradecer a minha mãe Ana Maria que sempre esteve comigo, mesmo nos momentos mais difíceis, me aconselhando e me apoiando a todo o momento, uma mulher maravilhosa, uma nordestina arretada, criada pela minha avó, Maria Dolores, uma mulher do campo, guerreira, que batalhou para que todos os filhos pudessem ter educação, mesmo em uma época em que isso era considerado inútil e impossível para quem vivia no sertão, ela colocou todas as suas expectativas na filha mais velha, minha mãe, que saiu de casa aos 15 anos para estudar na capital e tentar ter uma vida melhor, surpreendendo a todos com duas graduações diferentes nas principais universidades do Maranhão, nos cursos de Jornalismo e de Medicina Veterinária e virou uma inspiração para mim e seus irmãos, que seguiram a mesma trajetória. Foi graças à garra dessas mulheres que tanto admiro que seus saberes foram passados para mim e que passarei para minha filha.

Também gostaria de agradecer à minha filha Ana Cecília, que ainda não nasceu, pois foi nela que eu me inspirei para construir a minha personagem Cecília, sendo ela a grande motivação para escrever e concluir esta monografia, que na barriga me acompanhou dias e noites no processo de construção deste trabalho, mesmo que às vezes muito agitada, suas mexidas na minha barriga me ajudaram nas reflexões que tive e me fizeram pensar que tipo de feminismo estou construindo, que seja acolhedor e agregue todas as diferenças e que eu e minha filha possamos juntas lutar contra o patriarcado.

Queria agradecer também ao meu pai Randolpho, que juntamente com a minha mãe sempre me apoiou e me incentivou durante toda a minha vida e tem sido muito importante nessa fase, e ao meu irmão Bruno, que mesmo com suas chatices e reclamações, coisas de irmãos, sempre me ajudou e esteve presente.

Gostaria de agradecer ao meu companheiro Rodrigo, que no momento mais louco de nossas vidas me apoiou, cuidou de mim com todo o carinho e dedicação, enquanto me preparei e me preparo para realizar dois partos, o da monografia e o da minha filha.

Não posso deixar de agradecer às minhas amigas, nas discussões calorosas sobre feminismos ou nos combates diários ao machismo sempre buscando estratégias políticas para ser mulher em nossa sociedade e a todas as mulheres que conheci e acrescentaram na luta feminista.

E queria agradecer à minha orientadora Sílvia, que salvou minha vida, quando me vi grávida (e por conta disso tinha perdido minha antiga orientação) e sem orientação para a monografia, ela aceitou me orientar e mesmo diante de toda a situação mostrou que eu era capaz e conseguiria escrever a monografia. Foi com ela que conheci uma extensa bibliografia sobre diferentes feminismos e me mostrou ser possível escrever na antropologia de uma maneira diferente.

E, por último, não menos importante, gostaria de agradecer ao balé, que sempre esteve presente na minha vida, a quem meu corpo recorreu quando estava mais tenso e precisava relaxar agradecer também aos momentos de lazer, amor e alegria proporcionados pelos meus cachorros, Layne, Baru e Led.



## **RESUMO:**

Esta monografia trata das alternativas buscadas pelas mulheres para combater a violência contra a mulher na Universidade de Brasília. O meu objetivo com este trabalho é demonstrar todos os sofrimentos e resistências vividos por uma mulher no ambiente universitário e como é tão difícil viver no universo dos conhecimentos, o mundo dos homens. Aqui também apresento como o afeto, o cuidado, o apoio entre mulheres têm sido um mecanismo importante para o enfrentamento dessas violências e para o fortalecimento dos coletivos, sendo fatores fundamentais na auto-organização dessas mulheres nos espaços da Universidade.

## **ABSTRACT:**

This monograph deals with the alternatives sought by women to combat violence against women at the University of Brasília. My purpose with this work is to demonstrate all the sufferings and resistance experienced by a woman in the university environment and how difficult it is to live in the world of knowledge, the world of men. Here I also present how affection, care, support among women has been an important mechanism for coping with these violence and for strengthening the collective, being fundamental factors in the self-organization of these women in the spaces of the University.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO:	10
2. CAPÍTULO UM:	17
2.1 <i>A personagem</i>	17
2.2 <i>“Ocupa das minas”:</i>	20
2.3 <i>Coletivo autônomo</i>	27
2.4 <i>A Universidade:</i>	29
3. CAPÍTULO DOIS:	34
3.1 <i>Ocupa CCM:</i>	34
3.2 <i>Cuidado entre si</i>	46
3.3 <i>Como são as emoções?</i>	49
4. CAPÍTULO TRÊS:	52
4.1 <i>Espaço virtual:</i>	52
4.2 <i>Como funcionam as instituições?</i>	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	67
6. ANEXO 1:	69
7. ANEXO 2 :	72
8. ANEXO 3:	77
9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:	78

## 1. INTRODUÇÃO:

*“ Estupradores não passarão!”*

Essa foi uma das frases que mais escutei na minha pesquisa e na minha vida como militante do movimento feminista. A presente monografia é uma investigação sobre sentimentos dos mais diversos (amor, ódio, sofrimento, dor), cuidado e resistência entre mulheres no combate diário ao machismo. Minha intenção é retratar a luta das estudantes da Universidade de Brasília contra a violência presente nesta instituição, o que representa de forma micro aquilo que as mulheres vivenciam de forma macro na sociedade brasileira. Este estudo tem como objetivo relatar casos de estupro na Universidade de Brasília e como esses desencadearam estratégias de alerta sobre quem são os principais estupradores, como eles têm agido e apresentar de que forma os coletivos presentes na luta feminista dentro da universidade foram criados e têm combatido a violência contra a mulher.

A cultura do estupro está presente em diversos espaços do dia a dia de uma mulher, até mesmo em ambientes em que não se espera acontecer algo do tipo, como as universidades, por serem considerados um ambiente politizado e desconstruídos de cenas de machismo e misoginia. No entanto, vários são os relatos de estupro e até mesmo feminicídio dentro de universidades no Brasil e no país como um todo, compondo essa macroestrutura do modus operandi do machismo. E nenhuma posição é tomada pelas instituições em relação a esses casos de estupro, há uma paralisação em proteger as mulheres violentadas e prevenir novos casos dentro das universidades. A leitura que se faz é de que se trata de uma questão penal, que deve ser resolvida somente nesse âmbito e a consequência disso é a continuidade da presença desses sujeitos nas universidades, perpetuando os crimes. E a história sempre se repete com as vítimas tendo que estudar com seus estupradores, sejam eles alunos, professores ou funcionários. O grande desafio é somar ações, ampliar a discussão e estratégias de enfrentamento.

Meu objetivo neste trabalho é expor o que vem acontecendo nos últimos anos na Universidade de Brasília (UnB) e assim apresentar de que forma as mulheres estão combatendo as violências dentro da universidade. Percebi que as mulheres estão se organizando, seja através

de rodas de conversas, palestras, ocupações, criando coletivos, batendo de frente com os gestores da universidade, aulas de autodefesa, ou até mesmo por meio de agressões ou escracho a estupradores. Neste estudo pretendo explicar de que forma está acontecendo essa organização e como ela tem sido importante para essas mulheres, criando uma rede de proteção e articulação entre elas.

Não sei exatamente de que feminismo estou falando, esta monografia não apresenta e nem segue uma única vertente feminista. Durante todo o trabalho de campo me foram apresentados vários tipos de feminismo, os quais serão mostrados ao longo do texto. Então partirei de uma conceituação dada por essas mulheres que será delineada no decorrer deste trabalho.

Foi com a redemocratização do Brasil que o movimento feminista começou a se aproximar do Estado para garantir a transformação da condição da mulher, desenvolvendo políticas sociais que tratassem da equidade de gênero. Essa nova fase do feminismo foi caracterizada pela luta por reformas nas instituições, na atuação política do Estado e nos espaços públicos, o que gerou uma “bancada feminina” na Câmara dos Deputados. Tal bancada defendeu algumas pautas do movimento feminista e conseguiu aprovar uma parte de suas demandas, articulando seus interesses no espaço legislativo.

Nesse movimento de uma bancada voltada para os direitos das mulheres surgiram algumas leis para tratar da condição da mulher, como a Lei Maria da Penha - 11.340/2006, que trata do enfrentamento à violência contra a mulher, e a Lei 12.015/2009, que trata de crimes contra a dignidade e a liberdade sexual, entre outras leis. Nesse momento, para garantir alguns direitos às mulheres, o movimento feminista institucionalizado ganha força e considera importante lutar lado a lado com o Estado. A garantia por vias institucionais dá mais legitimidade à luta, porém, o Estado continua lidando com essas questões de forma superficial, rasa e com total desrespeito aos direitos das mulheres, tendo em vista que na vida cotidiana dessas mulheres, as violações se mantêm. A Lei 12.015/2009, contudo, contou com diversas críticas pela maneira como foi formulada, em especial pela alteração dos artigos 213 e 214 do Código Penal, que transformou o estupro em um tipo penal mais abrangente (desejo sexual do homem) sem alterar o significado da conjunção carnal (invasão do corpo da mulher). Isso significa que mais uma vez o Estado em suas várias instâncias ainda resiste em fazer valer alguns direitos.

Com a pressão dos movimentos feministas para a criação de políticas voltadas para as mulheres em situação de violência foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), a Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), casas de abrigo, juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, e serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher. Porém, ao mesmo tempo em que o Estado oferece uma rede de proteção às mulheres vítimas de violência, os números com relação a casos de estupro no país só têm aumentado. Segundo dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2016 foram registrados 49.497 casos de estupro, uma média de 135 estupros por dia.

UF	Estupro			
	Número de registros	Números absolutos	População	Taxas /100 mil habitantes
Brasil	1	49.497	206.081.432	24
AC	1		816.687	
AL	1	500	3.358.527	15
AM	1	930	4.001.667	23
AP	1	385	782.295	49
BA	1	2.709	15.276.566	18
CE	1	1.538	8.964.432	17
DF	1	666	2.977.216	22
ES	1	188	3.973.697	5
GO	1	670	6.695.855	10
MA	1	995	6.954.036	14
MG	1	3.926	20.997.560	19
MS	1	1.458	2.682.386	54
MT	1	1.614	3.305.531	49
PA	1	3.002	8.272.724	36
PB	1	376	3.999.415	9
PE	1	1.976	9.410.772	21
PI	1	653	3.211.411	20
PR	1	4.164	11.242.720	37
RJ	1	4.308	16.635.996	26
RN	1	206	3.474.998	6
RO	1	790	1.787.279	44
RR	1	234	514.229	46
RS	1	4.144	11.286.500	37
SC	1	3.084	6.910.553	45
SE	1	541	2.265.779	24
SP	1	10.055	44.749.699	22
TO	1	385	1.532.902	25

(fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016)

A inabilidade jurídica para lidar com casos de estupro somados ao descaso institucional que acontece no ambiente universitário provocaram o surgimento de diversos grupos de

mulheres que se organizam coletivamente para buscar soluções de forma autônoma para lidar com a violência de gênero. Portanto, busco entender os mecanismos de enfrentamento aos casos de estupro, nos quais perpassam relações de poder e hierarquia, em que o homem busca ter o domínio sobre o corpo da mulher, como se essa fosse sua propriedade. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil, sendo apenas 30% a 35 % dos casos registrados. Isso se dá porque, na violência sexual, não apenas o corpo da mulher é violado, mas também sua dignidade, seu bem-estar, seu orgulho, sua saúde física e mental. Sua própria identidade é massacrada, pois perde o domínio sobre o próprio corpo. *Segato (2012)* fala de “genocídio de gênero” diante da barbárie crescente no mundo moderno.

O estupro é capaz de privar a mulher, imediatamente, de todos os direitos que a ela deveriam ser garantidos. *Zanotta (2000)* irá nomear de “transformismo da noção de estupro”, questões presentes nos paradoxos que envolvem o estupro, tendo de um lado a agressão sexual como um ato vergonhoso e de outro a impureza que o estupro causa na mulher, não marcando o masculino que tem o ato de estupro como ícone da masculinidade. Então, o transformismo da noção de estupro:

*“é que ele pode deslizar da identificação como o ato mais banal de relação sexual ao ato mais hediondo. Os mitos da sexualidade informam o “impensado” cultural, que funda as antinomias dos gêneros na sexualidade e tem efeitos sobre o imaginário do estupro” (ZANOTTA, 2000 p.3/4).*

Portanto, percebe-se que a prática do estupro é reflexo de uma estrutura que delimita os papéis sociais do homem e da mulher nas relações de poder e a noção de violência sexual é atravessada por moralidades relativas à convenção de gênero e à sexualidade que interferem na percepção dos direitos individuais das mulheres.

Com base nas argumentações de *Segato (1999)*, as relações de gênero derivam de estruturas de ordem conservadoras e pouco flexíveis, tendo o estupro como circunstância pelo qual o contrato mediará as relações entre indivíduos na sociedade moderna e que é ineficaz em relação às violações de um gênero sobre o outro, aspecto de um pensamento orientado pelo

status, ou seja, uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas o seu poder. Concluindo que:

*“De fato, somente na sociedade contratual passa a mulher a ser protegida pela mesma lei que rege as relações entre homens enquanto sujeitos de direito. Contudo, afirma Pateman, a estrutura de gênero nunca passa a ser inteiramente contratual, sendo o status o seu regime permanente. No caso particular do estupro enquanto agressão a outro homem através da apropriação de um corpo feminino, enquanto conquista territorial ou como crime contra a sociedade e não contra a pessoa constatamos, uma vez mais, o afloramento do regime de status próprio da estrutura hierárquica de gênero, apesar do contexto moderno e supostamente contratual.” (SEGATO, 1999, p.10)*

Como vivemos em uma sociedade patriarcal, a questão da violência sexual vai muito além da questão da segurança pública, pois o Estado dificulta a análise dos casos das vítimas que recorrem à lei, uma vez que elas se sentem constrangidas desde a ida à delegacia até o julgamento do acusado, quando ocorre. Isso se dá porque na maioria dos casos a vítima é culpabilizada, seja por estar vestida de forma “inadequada”, alcoolizada, ou porque tem uma relação afetiva com seu estuprador, entre outros motivos.

Dessa maneira, com o trabalho de campo realizado a partir de grupos organizados de mulheres, pretendo entender qual o significado de estupro dado por essas mulheres e quais alternativas têm sido buscadas para lidar com as vítimas e outras mulheres (medidas para prevenção e proteção, através de redes de cuidados entre si e articulação), seus estupradores e as instituições. Esses coletivos estudados não possuem vínculos institucionais, buscam mecanismos que possam punir e impedir a circulação dos estupradores. Afinal, mesmo com tantos casos, nenhum aluno ou professor cumpriu alguma pena ou ficaram impossibilitados de circular no campus, existiu somente um caso, o de um professor da Faculdade de Comunicação (FAC) que ficou suspenso por 60 dias da Universidade de Brasília (UnB), tendo sido julgado pela Lei 8.112/90 (Lei do Servidor Público Federal). Segundo relatos, o docente fazia comentários machistas e obrigava as jovens a ficarem em posições constrangedoras durante atividades da disciplina. As denúncias referem-se a abusos ocorridos em diversos semestres e vieram à tona por meio da campanha #meuamigosecreto, nas redes sociais.

De que forma a presença dos estupradores na universidade pode afetar a vida dessas mulheres? Pois ao mesmo tempo são cultivados sentimentos de medo, raiva e paranoia. E como esses sentimentos têm influenciado nas atitudes que estão sendo tomadas por essas mulheres? E quais são essas atitudes? E de que forma acontece essa rede de proteção entre elas?

Por ser feminista e participar ativamente do movimento, sempre me interessei pelo tema. Porém, em 2014, um acontecimento me direcionou para a área de pesquisa e me introduziu mais ainda na luta feminista, que foram os casos de estupro dentro do meu curso, Ciências Sociais. Um estudante do curso tinha estuprado uma estudante que estava bêbada em uma festa, o nome não pode ser citado para preservar a segurança de suas vítimas (sim, no plural, vítimas! Foram relatados vários casos de estupros por parte desse sujeito).

Diante desse acontecimento, várias mulheres do curso reuniram-se e realizaram uma reunião épica, uma reunião exclusiva para mulheres. Isso aconteceu em meados de Setembro de 2014, no Centro Acadêmico de Sociologia (CASO), era a primeira vez que eu via um espaço somente para mulheres, isso marcou minha graduação e a luta das mulheres dentro da universidade. Esse espaço foi criado com o objetivo de discutir o caso de estupro desse estudante do curso, na reunião foi permitida a entrada de qualquer mulher. Quando começaram a contar o caso desse estuprador, várias mulheres relataram que ele havia estuprado mais de uma mulher.

Diante desse caso veio à tona a denúncia de outros casos de estupro por parte de homens dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social, Ciências Ambientais, entre outros cursos. Em uma reunião que durou um pouco mais de duas horas foram relatados tantos casos de estupro que se percebia na expressão das mulheres presentes uma reação de desespero e muita dor, causando uma comoção entre todas. Foi uma reunião marcada por muitos sentimentos e emoções, várias mulheres choraram relatando seus casos, outras expressavam ódio e raiva e então foi criado um espaço de muita luta e cuidados entre mulheres.

Por ser uma pesquisa que tem como foco o crime de estupro, e envolver o sofrimento de muitas mulheres, expondo seus casos de abuso, suas trajetórias de vida, é necessário não revelar seus nomes para preservar suas identidades e também por esse motivo não será exposto o nome dos estupradores, utilizarei nomes fictícios para nomeá-los.

Para tratar das vítimas e não somente delas, mas também das mulheres que convivi durante a pesquisa, utilizarei uma técnica nova que está sendo usada na Antropologia, que tem como intuito proteger as minhas interlocutoras, que é a ficção etnográfica, termo criado pela autora *Denise Costa (2017)*.

Uso essa técnica para descrever situações que vivi junto às minhas interlocutoras, companheiras de luta, pois durante todo o processo de trabalho de campo acompanhavam-me questionamentos sobre a forma que eu iria descrever situações nas quais estava participando ativamente e se era legítimo falar de algo que faz parte de mim, sendo eu a pesquisadora. Em conversas com a minha orientadora, a ficção etnográfica foi uma alternativa encontrada para apresentar minhas vivências e as das minhas interlocutoras sem expor ninguém, principalmente por sermos próximas eu não teria como escrever essa monografia separando minha relação com elas. A ideia da ficção etnográfica é representar o real pela ficção e a ficção pelo real. Por que não colocar o antropólogo na posição de observado? “Apontar para a dimensão do vivido, da experiência que se transmuta em imaginação de uma relação vivida”(Costa, 2017).

Essa pesquisa é uma mistura de sentimentos, de coisas que vivi e vivo, enquanto mulher, estudante universitária e enquanto antropóloga, pesquisadora. Aqui minha história e de minhas interlocutoras se misturam. Nos termos de *Favret- Saada (2005)*, estava afetada pelo campo, envolvida pelos sentimentos e afetos que o campo trazia.

Infelizmente, neste trabalho, falo somente de mulheres estudantes. As mulheres servidoras e terceirizadas ainda possuem pouca participação na luta das mulheres dentro da Universidade de Brasília, especialmente na criação de grupos, de coletivos. As que participam, ainda em um número pequeno, são as professoras das humanidades, já as técnicas e terceirizadas, principalmente as terceirizadas, ainda têm que se submeter aos seus contratos de trabalho, no qual é exigido cumprir seus horários, impossibilitando a participação em eventos, rodas de conversa e entre outras atividades que buscam o cuidado e a independência de nossas mulheres.

## 2. CAPÍTULO UM

### 2.1 *A personagem*

Como expliquei na introdução, a metodologia que vou utilizar para não expor o perfil e as vivências de minhas interlocutoras e a minha história será a da ficção etnográfica. Por isso criei uma personagem que ao mesmo tempo em que não é ninguém é também uma mistura de todas nós que participamos da pesquisa, esta personagem possui as características de cada mulher, que convivi durante o período da pesquisa, como antropóloga e militante do movimento feminista.

Cecília, estudante do curso de Ciências Sociais, <sup>1</sup>branca, que tem em média seus 20 anos, moradora do Gama, que se intitula/autoproclama feminista e anarquista. Lembro dela desde as discussões sobre o caso do Hernando<sup>2</sup> em 2014 no CA( Centro Acadêmico) de Sociologia, onde aconteceram reuniões entre mulheres e que mais tarde virou minha grande amiga e interlocutora. Cecília sempre foi ativa no movimento feminista, principalmente depois que entrou na universidade, porém sua trajetória começa ainda na adolescência, tendo conhecido o feminismo (mesmo que de forma distante) no ensino médio, através da professora de Sociologia, e por influência da sua irmã que já estudava na Universidade de Brasília (UnB) e trazia o discurso feminista para casa. Assim começou a fazer parte do grêmio da escola, onde começou sua militância por questões sociais.

Porém, foi na Universidade de Brasília (UnB) que ela conheceu um universo de ideologias feministas, o que a deixou encantada e mais disposta a lutar pela causa das mulheres. Inicialmente não se encaixou em nenhum coletivo, pois a maioria era ligada a partidos políticos e possuía uma certa hierarquia, ela como boa anarquista sempre fazia várias críticas a esse tipo

---

<sup>1</sup> A personagem que criei é uma mulher branca, pois durante toda a minha pesquisa com os coletivos que lutam dentro da universidade conheci um número maior de mulheres brancas, todavia o movimento feminista presente na universidade é elitista e tem a adesão de poucas mulheres negras. No momento em que estava fazendo a pesquisa, as mulheres negras estavam focadas na luta dos negros dentro da universidade, também a luta feminista delas é mais voltada para fora da universidade. No decorrer do texto explicarei melhor a relação das mulheres negras com as mulheres brancas e seus questionamentos com o movimento feminista branco dentro da universidade.

<sup>2</sup> Nome fictício.

de fazer feminismo, primeiro porque via como oportunismo por parte dos partidos levantarem a bandeira da causa das mulheres com objetivo de cooptar novas integrantes e conseqüentemente mais votos nas eleições e, segundo, por não concordar com ideologias que utilizem da hierarquia para conseguir alcançar seus objetivos.

Entretanto, o rumo da sua militância mudou no fim de 2014, com o emblemático caso do Hernando. Então, nessa época, surgiu um espaço de discussão somente para mulheres, no qual foram relatadas várias denúncias de estupros pelas estudantes de vários cursos. E assim, mulheres estudantes que estavam presentes nas discussões deste espaço começaram a pensar em alternativas para enfrentar os estupradores, diferentes ideias foram apresentadas e discutidas, a primeira decisão a ser tomada foi assegurar a proteção da vítima do estudante Hernando, pois suas amigas relataram que foram com ela denunciar o abusador na Delegacia da Mulher, ela estava com muito medo e há dias já não aparecia na universidade, principalmente porque o estuprador fazia uma disciplina com ela. Como a aluna estava traumatizada e só suas amigas sabiam quem ela era, essas ficaram responsáveis por cuidar da saúde mental e física da vítima.

Outra medida a ser tomada foi procurar os departamentos de Antropologia e Sociologia e apresentar as/aos professoras (es) o caso de estupro cometido pelo estudante de Ciências Sociais, o Hernando, ( havia estuprado uma aluna do curso que estava alcoolizada e também outras alunas) e assim buscar uma posição dos departamentos, em como proceder com esses casos de estupro.

Também foram tomadas medidas preventivas como “escrachos” para o estuprador que tinham como intenção avisar a outras mulheres que tinha um estuprador circulando nos espaços da universidade. Para isso fizeram cartazes com fotos do Hernando e colaram nos banheiros femininos, foi proibida a entrada dele nos CA’s (Centros acadêmicos) de Antropologia e Sociologia, e quando ele aparecia nesses espaços era recebido a gritos e xingamentos por parte das alunas que o expulsava dos CA’s.

Nessas reuniões eram discutidas diversas maneiras para as mulheres se protegerem, nunca andarem sozinhas à noite na Universidade de Brasília(UnB), andarem sempre com alguma coisa que poderiam usar como arma, como chaves, pedras, spray de pimenta, estilete. Também começaram a expor nomes de diversos alunos, que haviam estuprado alunas, nas rodas

de conversas entre mulheres e grupos no facebook, para as alunas estarem o tempo todo em alerta, pois qualquer descuido poderia se transformar em uma tragédia.

Após a reunião com os professores do Instituto de Ciências Sociais ocorreu uma comoção entre as professoras mulheres, juntamente com alguns poucos professores que decidiram tomar uma posição e auxiliar o grupo de alunas. Como queriam uma posição da Reitoria, pois é o órgão que poderia tomar as providências, como a expulsão de um aluno, decidiram ir atrás das queixas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) com as amigas da vítima e um professor do curso que tinha formação em Direito e poderia agir como advogado, porém, ao chegar na delegacia, uma grande surpresa, as queixas tinham sumido.

Diante disso, alunas e professoras (es) estavam perdidos, não sabiam como proceder com as acusações, pois a Reitoria só poderia expulsar o aluno com alguma prova, as palavras desesperadas das vítimas não são suficientes para acusar um homem por estupro e isso não ocorre somente na universidade, mas fora dela, outras instituições que resolvem essas situações da mesma maneira, sempre com muitas provas, em que a voz da vítima não tem vez, mesmo a mulher indo a uma delegacia denunciar seu estupro, o que é processo doloroso e constrangedor, ela precisa de provas que estejam presentes no seu corpo, logo após acontecer o ato sexual elas precisam ir à delegacia, o que raramente acontece, assim o número de vítimas vai aumentando e os estupradores continuam saindo impunes.

As reuniões entre as mulheres continuaram acontecendo nos Centros Acadêmicos de Sociologia e Serviço Social para tentar expulsar o aluno da universidade, sabiam que não poderiam contar com a ajuda da Reitoria e nem dos departamentos, pela necessidade de ter provas. Várias alternativas foram pensadas pelas estudantes, desde agressões ao estupro e até planos mirabolantes para que ele fosse preso por outro motivo, porém todas as ideias para impedir sua circulação na universidade foram consideradas perigosas, afinal o estupro possui dinheiro e tinha influência, mais mulheres poderiam ser machucadas. No ano seguinte, Hernando foi preso por tráfico de drogas (com grande quantidade de drogas e dinheiro), a Polícia Civil já estava investigando, mas não ficou nem 3 meses preso, pois é um homem branco e rico e já estava novamente circulando na universidade.

Com o passar do tempo, as reuniões entre as mulheres foi perdendo força, a cada dia que passava menos mulheres compareciam e esse espaço de luta, naquele momento, extinguiu-

se. Por quê? Primeiro, por ser um espaço de muita dor, sofrimento, medo e exposição, pois algumas mulheres relataram casos de abuso, tornando o ambiente mais sensível, por isso, foram encontradas dificuldades em atrair mulheres ou de manter o grupo que já existia. Outro fator que enfraqueceu o movimento foram as brigas por ideologias feministas e o vínculo que algumas mulheres continuaram mantendo com os estudantes acusados por estupro.

Após o término dessas reuniões, algumas alunas e professoras do curso de Ciências Sociais, entre elas estava a Cecília, começaram a se organizar para montar um coletivo, conhecido como Coletivo Afetadas, que tinha como intenção produzir pesquisas no âmbito da violência sexual nas universidades e ser um grupo de apoio e alerta para as mulheres, no qual o foco principal é a recepção das calouras do curso e também começaram a realizar rodas de conversas, palestras e debates com o objetivo de tentar prevenir a violência contra a mulher dentro da universidade. Atualmente, o coletivo ainda existe e está com um novo projeto dentro das escolas públicas em que desenvolve a temática sexualidade e gênero.

## ***2.2 “Ocupa das minas”***

Em 2016, por conta da PEC 241<sup>3</sup> que estava em votação no Congresso Nacional, várias escolas e universidades foram ocupadas em protesto contra “PEC do fim do mundo”. Entre elas estava a Universidade de Brasília, onde mais de 1400 alunos decidiram em assembleia a ocupação do prédio da Reitoria, no dia 31 de outubro de 2016. Neste mesmo dia, alunos do curso de Ciências Biológicas também ocuparam o prédio BSA Sul (Blocos de Sala de Aula Sul). Com o passar da semana, vários outros prédios da universidade foram ocupados por estudantes.

As ocupações tinham como objetivo promover atividades durante o dia com o objetivo de trazer novos estudantes, como rodas de conversas com a presença de professoras (es) apoiadores, artistas da cidade, militantes e também aconteciam reuniões de como proceder com as ocupações. Cada prédio ocupado tinha as suas regras e estavam sempre em diálogo uns com

---

<sup>3</sup> Conhecida como “PEC do fim do mundo”, que tem como objetivo limitar despesas no âmbito da educação, saúde, assistência social e previdência pelos próximos 20 anos, colocando em risco direitos constitucionais da população brasileira.

os outros. E foi na ocupação do Pavilhão João Calmon (PJC) que conheci minha companheira de luta e interlocutora, Cecília. A ocupação do PJC foi feita por estudantes do curso de Ciências Sociais e Ciências Políticas.

Durante o processo da ocupação foi sendo percebido pelas alunas que este espaço de luta estava reprimindo as mulheres de forma sutil. Isso começou a ser observado nas reuniões em que eram realizadas, os estudantes homens cortando a fala das alunas e desconsiderando os questionamentos trazidos por nós nas decisões em que eram tomadas.

Outro fator que estava incomodando as mulheres presentes na ocupação era a maneira como estavam sendo realizadas as tarefas internas. As atividades eram separadas de acordo com a necessidade de cada prédio ocupado, porém possuíam em comum duas tarefas, a de estrutura e a de segurança, as atividades que mais afetaram as mulheres durante a ocupação. A estrutura era voltada para o cuidado do prédio, limpeza dos espaços, fazer comida, lavar a louça e arrecadar alimentos para a ocupação, nesta tarefa possuíam homens e mulheres inscritos, porém raramente os homens executavam essas tarefas, sempre sobrecarregando as mulheres, em especial as mulheres negras.

A segurança era direcionada para a proteção do prédio e dos ocupantes, para evitar qualquer tipo de invasão vinda de outros alunos que não concordavam com a ocupação ou negociar com funcionários da universidade e até mesmo a polícia, esta atividade era separada por turnos e também possuía homens e mulheres inscritos. Porém, os homens que faziam parte da segurança acreditavam serem mais fortes e mais competentes para realizar essa tarefa e não queriam deixar as mulheres participar dessa atividade, por considerarem o ambiente inseguro para nós e por acreditarem sermos frágeis. Cecília fazia parte da segurança e me relatou um episódio em que vários carros estranhos estavam aparecendo no estacionamento do prédio durante a madrugada e os homens da segurança estavam impedindo as mulheres de fazerem a ronda por fora do prédio por não considerarem seguro para elas e por isso deveriam ficar trancadas no prédio com os outros ocupantes, mesmo sendo da segurança.

Porém, os maus-tratos e preconceitos com as mulheres não param por aí, o que mais incomodava era o fato de dividir corredores ou salas, ou até mesmo colchões com homens, que muitas nós não conhecíamos, se conhecíamos não fazíamos ideia do que eram capazes. Estávamos dividindo nossas intimidades com muitos homens (alguns não eram nem estudantes,

nem estavam lá pela ocupação e sim pela “farra”), isso causava insegurança e preocupação nas alunas, muitas nem conseguiam dormir direito durante toda a ocupação.

E vários foram os relatos nos prédios de homens agindo de forma abusiva. Na Reitoria, um homem, que nem estudante era, foi pego se masturbando e vendo vídeos de crianças sendo estupradas. No Pavilhão João Calmon (PJC) aconteceram dois estupros por parte de um estudante das Ciências Sociais, conhecido como André<sup>4</sup> que faz parte de um pequeno partido de esquerda. Inclusive este caso foi abafado durante quase toda a ocupação. Também existiram relatos de que alunos foram vistos passando a mão nas alunas enquanto elas dormiam.

Percebia-se que mesmo um movimento de esquerda, que estava lutando por questões de justiça social, restringe-se ao campo de classe. Trata-se de homens brancos, que não somam em sua agenda de discussão questões de gênero e raça. Assim, eles mantêm princípios de uma sociedade patriarcal. Intelectuais negras chamaram atenção para essa discussão como Crenshaw(2004), Lorde(1988), hooks(1984), que enfatizam a falta de densidade e violência do feminismo promovido por mulheres brancas quando restringem suas discussões ao gênero e pensam a partir de si, excluindo a diversidade de mulheres encontradas no mundo. Tal discussão está marcada pelo racismo e é classista e pretende perpetuar a política econômica liberal. No caso dos homens de esquerda, estes se fecham na discussão sobre classe e não se envolvem com questões de raça e gênero.

Diante disto tudo, durante a ocupação aconteceu uma reunião exclusiva para mulheres, em que apresentaram todos os problemas presentes em cada prédio, e viam como necessário as mulheres ocuparem um prédio, no qual seria permitida a entrada somente de mulheres, que carregava a pauta da PEC 241 e pauta das mulheres. E após um mês de ocupação na universidade, no dia 16 de novembro de 2016, foi ocupado o último prédio, o Bloco de Salas de Aula Norte ( BSA Norte) somente por mulheres, lembro-me da Cecília falando no dia em que o prédio foi ocupado:

*“ É lindo!! Várias mulheres juntas, dividindo o mesmo espaço, estou emocionada! Não participei da reunião na qual foi deliberada a ocupação desse prédio, mas no mesmo dia fiquei sabendo que iria acontecer uma ocupação somente de mulheres, não pensei duas vezes e fui correndo arrumar minhas coisas e já coloquei na porta onde ficava como segurança e antes do prédio ser ocupado estava fazendo a ronda da madrugada no PJC e na hora que vi um grupo de mulheres indo para o BSA Norte, me juntei a elas!”*

---

<sup>4</sup> Nome fictício.

E várias mulheres fizeram o mesmo, saíram de suas ocupações e foram para o novo prédio. Foi deliberado após a ocupação do prédio colocar em pauta três questões frequentes àquele momento: repúdio aos feminicídios da UnB e asco às posturas apáticas institucionais da universidade; não tolerância a agressões à integridade física, psicológica, moral, material, social e política das mulheres dentro e fora do espaço ocupado; e contra a PEC 241.

Durante a madrugada todas as mulheres trabalharam juntas para organizar o espaço, separar as atividades e se conhecerem. Cecília fazia parte da segurança do prédio e junto com outras alunas ficaram até o amanhecer, protegendo a porta do prédio, pois estavam preocupadas com a reação dos alunos e alunas que eram contra as ocupações e que usavam o lema “respeita minha aula!”.

Logo pela manhã começaram a chegar as/os estudantes que teriam aula naquele prédio e várias pessoas foram se aglomerando em frente à porta, a expressão das pessoas era de indignação e raiva. Ouviam-se xingamentos machistas, direcionados às mulheres da ocupação, do tipo: “isso é falta de rola!”, “precisam é de umas porradas, tudo vagabunda, atrapalhando nossas aulas!”. Não satisfeitos, alguns homens tentaram destruir a porta de vidro aos chutes, tiraram um pedaço de madeira que impedia a entrada em uma das portas e conseguiram quebrar uma parte da porta de vidro. Porém, as ocupantes conseguiram segurá-la e eles não entraram na ocupação. Percebeu-se que em nenhuma outra ocupação os alunos que eram contra tentaram entrar nos prédios de forma tão brutal como na “Ocupa das Minas”, pois entendiam que um espaço só de mulheres era um ambiente frágil e por isso facilmente conseguiriam entrar, porém não foi o que aconteceu.

Depois que os alunos perceberam que não iriam conseguir entrar no prédio desistiram e foram embora e com isso foi diminuindo o número de pessoas em frente ao prédio e aparentemente tudo foi ficando mais tranquilo. No entanto, por volta das 14h, uma das alunas que estava descansando em uma das salas acorda aos gritos, “tem um homem aqui dentro!”, todas as mulheres foram para cima dele, tentando entender como ele entrou, e mandando ele sair daquele espaço. Todas estavam muito estressadas, a maioria não tinha dormido e nem sequer comido, muitas queriam agredi-lo, mas sabiam que se fizessem isso seria mais um motivo para não apoiarem as ocupações, desesperadas entraram em contato com outras

ocupações para avisar do ocorrido e ligaram para duas advogadas populares que estavam ajudando o movimento estudantil e pediram para as mesmas irem para o BSA Norte.

O homem que dizia ser aluno da UnB, mesmo com a presença das advogadas, não queria se retirar do prédio. Com um discurso essencialmente agressivo, esse homem soltou frases como “cadê os homens para me tirar daqui!”, “não vou entrar no banheiro das mulheres porque eu respeito vocês” e “cadê seu namorado?” As advogadas recomendaram chamar alguém da segurança da universidade para conseguirem tirar ele do prédio, pois ele estava ofendendo as mulheres presentes, nem mesmo as advogadas ele estava respeitando. Com a chegada dos seguranças, ele mudou completamente a sua postura, porém não queria dar sua identificação para os funcionários dentro do prédio, somente na parte de fora. Quando finalmente ele saiu do prédio, o homem que dizia ser estudante saiu correndo e os seguranças não conseguiram fazer nada, nem mesmo denunciá-lo, pois não tinham a sua identificação.

As primeiras horas de ocupação foram bem conturbadas, estressantes e cansativas. Porém tudo valia a pena, ter um espaço somente de mulheres era essencial, trazia segurança e tranquilidade para as alunas. Cecília me relatou que o que mais a marcou na “ocupa das minas” foi o cuidado que foi surgindo entre as ocupantes e o vínculo que foi sendo criado por elas, com as intimidades que foram sendo compartilhadas e os interesses por histórias em comum.

O espaço era libertário, diferente das outras ocupações, as mulheres se sentiam mais à vontade, pois não existiam olhares direcionados para seus corpos, podiam se expressar melhor e de todas as formas, pois sabiam que não seriam julgadas. As atividades que aconteciam eram todas relacionadas sobre ser mulher, em que se discutiam relacionamentos abusivos, atividades corporais para se empoderar, debates com professoras que estudam o universo feminino, colagens de “lambes” com frases empoderadoras, poemas escritos e recitados por mulheres, também aconteceram saraus somente para mulheres com bandas composta por mulheres, atividades de saberes sobre nossos corpos e de como cuidá-los.

Enfim, era um universo enriquecedor, utópico, um lugar onde só existiam mulheres, onde tínhamos completa autonomia de nossos corpos, de nossas vidas. Aquele lugar também foi se tornando um espaço de redes de apoio entre as mulheres ocupantes e as que iam lá buscar ajuda. Cecília sempre falava: “isso é um sonho! imagina uma sociedade só de mulheres, seríamos completamente livres!”. O encantamento era tanto que o espaço foi apelidado pelas ocupantes de “Palácio das Deusas”

Era um espaço maravilhoso e que inicialmente começou com muitas mulheres que foram criando vínculos entre si. Porém, o número de mulheres não continuou o mesmo desde o primeiro dia de ocupação, por diversos motivos, a ocupação era um ambiente cansativo e estressante que demandava muita saúde mental e física, muitas já estavam em outros prédios a mais dias, outras ficavam alternando os prédios ocupados, pois em todas as ocupações o número de pessoas estava diminuindo.

Também foi sendo percebido que dentro da “Ocupa das Minas” tinha pouca representatividade, a maioria das mulheres ocupantes eram brancas, lésbicas, bi e heterossexuais, pouquíssimas eram as mulheres negras que ajudaram na construção daquele ambiente e também não existiam mulheres transexuais, algumas chegaram a ir em uma ou outra atividade, mas não se sentiram pertencentes àquele espaço.

As mulheres negras não se sentiam confortáveis e nem representadas ali, pois as mulheres brancas não possuíam as mesmas vivências que elas, que em um primeiro momento não deram tanta abertura. Algumas mulheres negras relataram que nas primeiras reuniões da “Ocupa das Minas” suas falas foram cortadas por mulheres brancas, assim perceberam que não teriam voz e por conta disso começaram a não frequentar o espaço. Por não se sentirem representadas e por já estarem ativas na ocupação do “Quilombo<sup>5</sup>”, naquele momento consideraram mais importante fortalecer a luta negra na universidade. hooks(1984) retrata a maneira como na arena do feminismo as mulheres negras com suas agendas não são ouvidas e quando o fazem retratando o racismo neste meio são vistas como mulheres raivosas. Isso levou a não frequentar mais as reuniões sobre feminismo que estavam marcada por lideranças brancas. Algo semelhante pode ter acontecido ao longo da presença das mulheres negras, pois elas buscaram mudar suas atitudes.

As mulheres da “Ocupa das Minas” tentaram realizar atividades para atrair as mulheres negras para a luta e também as poucas mulheres negras que estavam participando da ocupação tentaram um diálogo com as mulheres que estavam na ocupação do “Quilombo” porém, elas não viam aquele espaço como delas, não se sentiam à vontade, para elas a luta das mulheres brancas era bem diferente do contexto em que estavam inseridas, por isso não quiseram participar daquela ocupação.

---

<sup>5</sup> A ocupação do Quilombo aconteceu antes das ocupações de outubro, na qual alunas e alunos negros(os) reivindicavam seus direitos dentro da universidade e lutaram pela existência de espaço somente para negros(os).

Diante disso, as mulheres da “Ocupa das Minas” ficaram o tempo todo buscando alternativas para trazer uma diversidade maior para as pautas da ocupação e fizeram em sua página do *Facebook* uma nota de repúdio a elas mesmas:



The image shows a screenshot of a Facebook post from the page 'OCUPA DAS MINAS'. The page profile picture is a purple wolf head with the text 'OCUPA DAS MINAS' below it. The page name is 'OCUPA DAS MINAS' and the handle is '@ocupadasminas'. The post is titled '[NOTA DE REPÚDIO A NÓS MESMAS]' and contains the following text:

Nós, mulheres brancas ocupantes do BSAN, viemos por meio desta reconhecer o racismo por nós reproduzido. Entendemos que o racismo é institucionalizado e estrutural em nossa sociedade e por isso opera através de nós muitas vezes nos passando despercebido. Nos foi apontado que durante as assembleias ocorre o silenciamento de mulheres negras e desrespeito ao espaço de fala, além de não proporcionarmos um acolhimento que de fato abrace todas as mulheres que fazem parte da nossa luta.

A partir disso, entendemos como nosso dever expor publicamente o nosso repúdio a toda e qualquer atitude que propague e perpetue o racismo em nós mesmas e dentro do espaço da Ocupa das Minas. Tal exposição tem como principais motivos o entendimento de que o primeiro passo para a mudança é a aceitação e reconhecimento de nossos privilégios e opressões praticadas, além da necessidade de discussão da branquitude em todas as suas problemáticas.

Agradecemos a todas as mulheres negras que se dispuseram a expor as tristes situações ocorridas devido à clara ignorância existente na ocupação. Afirmamos nosso compromisso em tentar transformar nossa realidade racista que só é possível através da auto reflexão e desconstrução diária a partir da convivência, escuta e diálogo.

Ressaltamos que a Ocupa das Minas não é e não deve ser um local de protagonismo branco e reiteramos que esse espaço não faz sentido para nós se sua construção não contemplar a luta de todas.

(Fonte: facebook na página Ocupa das Minas.)

De acordo com a Oyeronkê(2004,2000), os conceitos do feminismo branco, estão voltados para a ideia de família nuclear e a subordinação da esposa ao marido, e isso não se adequa às mulheres negras, que possuem outros arranjos familiares. Assim, a autora conclui que o feminismo branco é usado para subjugar outras mulheres, pois, afinal, esse tipo de feminismo é o que está mais presente na academia, então vira uma agenda política e de poder, não levando em consideração as pautas do feminismo negro.

No contexto universitário, as pautas trazidas pelo movimento feminista são pautas em sua maioria de mulheres brancas, e é considerado um movimento bastante elitista, justamente por não levar em conta os conceitos de raça e classe, quando isso acontece é realizado de uma maneira superficial. As mulheres negras estão lutando fora da universidade, nas cidades que

são denominadas de periferia, na qual existem mais mulheres nas suas condições e que muitas vezes produzem reflexões sobre o feminismo não à maneira acadêmica, mas a partir de suas vivências e experiências, como afirma hooks(1984). E, então, durante toda a “Ocupa das Minas” não existiu adesão das mulheres negras.

Com o fim das ocupações foram deliberadas exigências as quais a Reitoria deveria cumprir, como a criação de um Centro de Convivência das Mulheres, maior iluminação no campus, um olhar mais sensível para as vítimas e tomar providências com relação às denúncias sobre violência contra a mulher dentro da universidade.

### **2.3 Coletivo autônomo**

A ocupação deu surgimento a um coletivo autônomo, na qual Cecília também fez parte, através dela pude conhecê-las e participar de algumas reuniões, para entender como funcionava a dinâmica do grupo. Era um grupo de mulheres feministas anarquistas que diferente de outros coletivos não queriam ser identificadas, pois o objetivo principal do grupo era criar medidas mais imediatas para punir estupradores. Por realizarem ações que eram consideradas crimes, declararam que o grupo “não existia”. Elas queriam fazer justiça aos casos de estupro dentro da universidade, não queriam deixar passar impunes os agressores. Por isso começaram a se reunir para discutir os casos presentes e criar um mecanismo para atingir os homens acusados deste crime.

Suas ações eram baseadas em primeiro fazer uma lista com os nomes dos agressores e depois classificá-los entre: *ESTUPRADOR*, quem estava nessa classificação estuprou uma ou mais mulheres e merecia uma punição maior e mais agressiva, diziam: “eles devem sentir a dor do que é ser estuprada!! Assim, podem ser punidos e terão medo de estuprar outra mulher!” E *MACHISTÃO*, que era uma classificação para os conhecidos “esquerdomacho”- homens do meio universitário que fazem parte de movimentos sociais e dizem que respeitam o movimento feminista, os “feministas”, porém utilizam desse discurso para atrair mulheres e abusar delas sem que desconfiem deles, afinal eles são de movimento social e jamais poderiam imaginar que eles fariam algo a uma mulher, esses eram homens que tinham assediado verbal ou

psicologicamente alguma mulher e que tinham ações machistas, a punição deles era menor e menos agressiva, dependendo do caso eles nem seriam agredidos, porém teriam pichações com os seus nomes e “escrachos” em festa ou espaços que o agressor frequentava. Dessa forma é analisado cada caso para saber a intensidade da agressão.

Porém, cada caso era um caso, depois disso separavam agressor por agressor e suas penalidades. No caso de escracho e pichações, estas só aconteciam se não fosse expor as vítimas (quando por exemplo o agressor tem várias vítimas) e também a vítima é consultada para saber se não vai se sentir perseguida ou mais ferida com as pichações e “escrachos”. Nas agressões, a vítima é convidada a participar e chamar outras pessoas se quiser, para ajudar na ação. Depois disso são separadas as ações para cada caso em ordem de prioridades.

No caso de agressores negros, as mulheres negras do grupo são as que decidem o que acontecerá com o agressor e discutirá com o grupo, levando-se em conta as condições sociais e psicológicas do agressor. Porém as mulheres negras falavam, “estuprador é estuprador e pronto!”, mas na lista de agressores somente um dos agressores era negro, o resto eram todos homens brancos e cheios de privilégios.

Acompanhei também algumas pichações que elas fizeram nas paradas de ônibus da L2 norte, com as frases “MATE UM ESTUPRADOR” “MATE SEU ESTUPRADOR LOCAL” em que foi feita durante a noite. Essas frases tiveram até repercussão nas redes sociais e toda vez que eu pegava ônibus e passava por essas paradas percebia que a frase causava algum tipo reflexão, seja de indignação, pois “propaga o ódio” ou de concordância, mas todas faziam com que as pessoas conversassem sobre o estupro, sobre a mulher.



(Fonte: Foto tirada durante uma ação do coletivo)

Porém, o coletivo autônomo existiu por aproximadamente quatro meses, pois esse tipo de ação exige um equilíbrio emocional. Logo no início algumas mulheres que não estavam preparadas para lidar com essa violência saíram do grupo, muitas das que permaneceram começaram a nutrir um sentimento de culpa por agredir homens, mas mesmo assim, o grupo continuou, pois o sentimento de ódio em relação a esses homens era muito forte também. Entretanto, esse misto de sentimentos causados pelas agressões em certo momento causou o falecimento do grupo. E isso aconteceu no carnaval de 2017, no qual algumas mulheres que faziam parte do coletivo estavam no carnaval, quando um homem agarrou uma delas a força e tentou beijar. Neste instante, todas as presentes foram para cima deste homem, que se sentiu incomodado com as acusações e xingamentos e agrediu a Cecília. Isso causou uma comoção por parte de todas as mulheres do coletivo, que concordaram que essas ações estavam colocando em risco suas vidas e afetando o psicológico delas e por isso decidiram por fim ao grupo.

#### **2.4 A Universidade**

Após trazer as histórias dessas mulheres gostaria de apresentar a Universidade de Brasília como um espaço para as mulheres. Passar no vestibular de uma universidade pública é o sonho de muitas pessoas e é sinônimo de orgulho para seus familiares. Uma universidade como a UnB, que possui um histórico de lutas sociais bonitas e muitas (os) estudantes entram

nesse espaço imaginando ser um lugar livre de violências, de preconceitos e também acolhedor. Porém trata-se de um ambiente mascarado de violências, principalmente contra as mulheres. Ao perguntar para minhas interlocutoras sobre as expectativas que elas tinham em relação à UnB, elas relataram:

*“Eu esperava mais posicionamento político, a UnB perdeu muito engajamento político, a maior parte da UnB está cagando para a política não quer saber, a pessoa só quer terminar a porra do curso, o mais rápido possível. A gente já teve pessoas falando, não denuncia esse professor agora, eu preciso pegar essa disciplina, deixa para denunciar no próximo semestre, muita gente que pensa que é entrar na universidade, fazer o curso sair e pronto. Eu achei que ia entrar na UnB e ia ser todo mundo super “diretas já”, os “caras pintadas” e as histórias que a gente ouvia da época da ditadura, sabe? Estão cortando as verbas da universidade, não tem iluminação e segurança, os terceirizados estão sendo demitido e ninguém se move... eu acho que de alguma forma as pessoas são muito desacreditadas e por isso não se envolvem”*(Integrantes do coletivo Ipê Rosa)

A opressão contra a mulher na Universidade de Brasília já começa quando se é “caloura”<sup>6</sup>, quando em muitos dos cursos é obrigada a participar dos trotes, que são sexualizados e constrangedores e sempre são direcionados às mulheres, no qual são obrigadas a rebolar na frente de todos e ouvindo homens gritarem frases abusivas, são obrigadas a beber álcool, expor parte de seus corpos e até simular atos sexuais, como chupar um pepino. Como expõe minhas interlocutoras entrevistadas:

*“Eu acho que quando você é caloura, tipo primeiro mês, você fica rodeada de veteranos te assediando e você fica “tipo assim, o que eu faço?? isso é normal em uma universidade?” você é um pedaço de carne quando você entra na universidade. Eu vou contar o que eu vivenciei esse semestre e me surpreendi, eu sou caloura e aí as minas do Ipê Rosa, que agora faço parte (risos e expressão de alegria), elas entraram com uma faixinha rosa no braço falando: “galera, nos somos do ipê rosa, se acontecer qualquer coisa de assédio durante a recepção dos calouros, na hora procurem quem tem essa faixinha!!!” e eu achei isso sensacional, mas ao mesmo tempo eu sei que não era assim há alguns semestres atrás, há alguns semestres atrás as mulheres tinham que ficar rebolando no cone, o trote da biologia como um todo era pensado para que todo mundo fosse humilhado, só que era mais direcionado para as mulheres e totalmente sexualizado”* (Integrantes Ipê Rosa)

*“Eu imaginava a UnB, cheia de arco íris e livre de preconceitos, porém assim que eu entrei em sociais, eu entrei com um caso de estupro pipocando e estava envolvendo a gestão do centro acadêmico e isso me marcou muito e*

---

<sup>6</sup> Termo usado para pessoas que acabaram de entrar na universidade.

*eu já entrei “meu deus! o que que tá acontecendo aqui?? onde eu vim parar?” e aí a gente teve o primeiro contato com o Coletivo Afetadas e aí já chegaram falando do Hernando e aí eu fiquei bem desesperada e aí começaram os esparros, fulano que assiste aula com a gente, fez aquilo, o menino que você almoçou no RU<sup>7</sup> fez isso e aí começaram a surgir as primeiras assembleias fechadas para mulheres. E foi o primeiro impacto, porque eu imaginava uma coisa muito tranquila, aquela coisa meio que não existe estupradores, não existem machistas e caras escrotos dentro da universidade e aí chegar aqui e é diferente, principalmente sociais, que a gente imagina não acontecer isso. Aí você entra e tem o ritual (recepção dos calouros) e aí já a frase: “VAMOS COMER CALOURO”, aí todo mundo acha lindo, muito amor livre, e aí os machos ficam falando para as calouras “meninas tirem suas blusas e sutiãs, fiquem peladas, a gente não vai olhar, aqui é um espaço para vocês se sentirem bem e confortáveis” e aí várias caem nesse papinho e tiram suas blusas e acham que estão abalando, que entraram nesse universo desconstruído e aí passa uma semana e você descobre que o cara que falou pra você tirar a blusa estuprou uma menina no happy hour, e isso é muito bizarro. Enfim, a gente espera essas atitudes de curso como a Agronomia, que pede às calouras para chupar linguiça com leite condensado e aí a gente já espera homens escrotos desse curso, mas um curso que fala “amor livre, vamos se amar e blá blá”, aí a gente pensa “ah! todo mundo é amigo!” e aí vêm as bombas depois e percebemos que isso acontece também aqui.” (Integrantes do Coletivo Afetadas)”*

Outro momento, quando acontecem esses abusos, são os happy hour's<sup>8</sup>. Nesse tipo de evento, em que as mulheres vão para se divertir, é o lugar em que mais acontece estupro, pois os homens se aproveitam das mulheres que estão alcoolizadas e violentam seus corpos e ainda saem impunes.

As salas de aula também estão repletas de abusos contra as mulheres, professores homens aproveitam desse cargo para ter domínio sobre as alunas, seja em sala de aula fazendo-as passarem por situações constrangedoras como ficar de quatro, passar a mão em alguma parte do seu corpo na sala ou fora da sala, assediando-as por mensagens e obrigando-as a manter alguma relação, com ameaças de cancelar suas pesquisas como PIBIC (Programa de Iniciação Científica) ou reprová-las nas disciplinas. Além do fato de as mulheres estarem tendo que comprovar seus conhecimentos o tempo inteiro. Quando perguntei para minhas interlocutoras o que é o espaço da mulher na universidade, elas relataram:

*“Eu acho que o espaço da mulher na universidade é um reflexo da sociedade, então quando a gente chega aqui, a gente traz muita coisa que viveu, não é por ser um espaço academizado que a mulher não vai ser tratada como um pedaço de carne ou que ela não vai ser hiper sexualizada, porque as pessoas aqui, elas foram criadas nessa sociedade machista, então querendo ou não*

---

<sup>7</sup> Restaurante Universitário.

<sup>8</sup> Festas realizadas pelos centros acadêmicos.

*é um espaço em que a mulher é vista como ela é vista lá fora, só que aqui dentro a gente tem um espaço da mulher aqui na UnB, tem esse movimento, que é muito privilegiado, e o diferencial é que podemos lidar, tratar e discutir sobre essas violências que sofremos e que em outros lugares não temos e isso estamos falando da mulher aluna, diferente das mulheres terceirizadas e servidoras, né? Que mulheres estamos falando? Porque tem as mulheres dos cursos de exatas, em que essas questões quase não são discutidas.” (Integrantes do Coletivo Ipê Rosa)”*

*“O nosso espaço é de conquista e resistência, precisamos resistir todos os dias para estar aqui. Esse espaço para a mulher é mais difícil porque às vezes você demora mais pra se formar, porque você não pode pegar matérias à noite porque fica com medo de algo acontecer com seu corpo, ou porque você virou mãe durante esse processo de formação, muitas abandonam os cursos ou porque você fica sem pegar tal disciplina do seu fluxo porque seu abusador ou é o professor ou o aluno e enfim não é fácil. E outra, sempre tem um macho que vai te calar na sala de aula, você pode estar falando a coisa mais certa e aí vai ter um macho que vai te interromper e falar a mesma coisa que você estava falando e o professor vai falar: “nossa o que ele falou foi genial”, e aí você pensa “peraí era exatamente isso que eu estava falando”. Fora os casos de assédio por parte dos professores, a esposa do meu avô, ela, sei lá, estudou aqui há uns 15 anos atrás, ela fez Serviço Social e o professor virou para ela falou: “se você quiser passar com SS vai na minha sala de mini saia sem calcinha”, um professor do Serviço Social há 15 anos atrás falou isso!!!, e o primeiro caso de punição de um professor que assediou a alunas foi agora, de um professor da FAC, “PUNIÇÃO” 60 dias em casa de férias, com 21 processos (os que conseguiram juntar, porém tem mais que isso) de assédio e ele ainda está lá no departamento dando aula. Ele colocava as minas de quatro na sala, teve uma amiga que falou que ela estava apresentando um trabalho e que do nada ele falou: “quero ver o meu caralho na sua boca!” Era nesse nível!!! Coisas bem pesadas!! E ainda tem alguns professores do departamento que ficam falando que talvez não tenha sido assim, talvez foi uma aluna que interpretou de uma forma errônea, às vezes ele só estava sendo simpático e etc. Então, vem as professoras falando que já foram assediadas por ele e são consideradas as professoras histéricas, loucas, que estão atrás de confusão. E, se você ferrar com um cara desse, ele vai te marcar, porque ele é reconhecido na audiovisual e por isso as meninas tinham medo de denunciar ele, porque até pra conseguir um emprego isso pode ter influência ”(Integrante do Coletivo Afetadas, que estuda na FAC.*

*“O espaço da universidade para a mulher só é um pouco menos excludente do que os outros espaços. Aqui as pessoas têm uma falsa impressão de igualdade, mas eu acho que o espaço acadêmico é tão cruel para a mulher como qualquer outro espaço que a gente esteja, porque a sensação de insegurança ela continua, a sensação de desrespeito ela continua, eu acho que a gente tem um privilégio escroto de estar aqui, porque as coisas que a gente passa são muito mais amenas do que as de uma pessoa que não estuda aqui, com certeza!! Mas eu acho que continua um espaço muito ruim, ainda mais a gente que estuda na FAU( Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e vive com a ameaça constante, se você parar para conversar com qualquer mina da FAU, elas vão te falar sobre homens que estavam na pracinha e assediaram elas. A relação de abuso dos nossos professores, abuso psicológico que eles fazem às alunas que nem se*

*compara com os alunos, é muita pressão no meio acadêmico para as mulheres, é visível que tem uma discrepância aí, sabe? Aqui também tem muito esse rolê de abafar os casos de estupro que acontecem, porque a universidade, ela é elitizada e referência no Brasil a fora.” (Integrantes do Coletivo Mayumi Lima).*

### 3. CAPÍTULO DOIS

*"A PORRA QUE  
JORRA NO OMBRO  
DA MINA DA PAULISTA  
ESFORRA EM TODAS NÓS*

*ENQUANTO O JUDICIÁRIO  
GOZA SOLITÁRIO  
OS PRIVILÉGIOS DE  
SUA PUNHETA*

*MULHERES SOFREM  
E PERDEM O SONO  
SIMPLEMENTE POR CARREGAREM  
CONSIGO  
AS VOSSAS BUCETAS*

*NÃO É SÓ VIOLÊNCIA! NEM SÓ CONSTRANGIMENTO!  
É O MUNDO DIZENDO PRAS MINAS:  
-A CULPA É TUA VADIA! NÃO CUSPA  
E ENGULA SOZINHA TODO TEU SOFRIMENTO!*

*-PREÁ AGOZOTI-*

#### 3.1 Ocupa CCM

No capítulo Um apresentei a existência de um coletivo autônomo, do qual minha interlocutora Cecília fazia parte, também mostrei os motivos pelos quais o grupo deixou de existir. Porém, as mulheres que faziam parte desse coletivo continuaram articulando-se para

tentar combater a violência contra a mulher, principalmente dentro da Universidade de Brasília. Em conjunto com outras mulheres que participaram da “Ocupa das Minas”, acharam necessário lutar por um espaço da mulher dentro da universidade (elas consideravam isso também um mecanismo para fazer justiça e lutar contra os estupradores). Com isso foram feitas várias assembleias nas quais estive presente, para organizar as ideias, agregar mais mulheres e discutir sobre a criação do Centro de Convivência das Mulheres (CCM), que já vinha sendo pensado desde a “Ocupa das Minas”.

Durante essas reuniões foram realizadas discussões sobre como seria esse espaço, qual a utilidade e o que as mulheres queriam e esperavam daquele espaço. Também foram organizadas dinâmicas para as mulheres se conhecerem melhor. E a partir da organização autônoma entre mulheres, através de assembleias semanais, que ocorreram desde março de 2017, identificaram por unanimidade a necessidade urgente de um espaço físico permanente exclusivamente para mulheres na Universidade de Brasília.

Assim ficou decidido ocupar uma sala no Instituto de Central de Ciências (ICC) para conseguirem criar o Centro de Convivência das Mulheres. Então, no dia 02 de maio de 2017, por volta das 23h, a sala foi ocupada pelas estudantes, com o objetivo de ter um espaço somente de mulheres para realizar rodas de conversas, debates, cineclube e, o principal, lidar com os casos de abusos dentro da universidade, buscando uma punição aos assediadores e um acolhimento e tratamento para as vítimas. Além de ser um espaço de compartilhamento de informações, ter um espaço físico e visível, o que facilitaria o fortalecimento entre mulheres. Como foi colocado por elas em uma de suas publicações na página do CCM no *facebook*:

*“O espaço físico permite a vivência em conjunto da maneira mais ampla e horizontal possível a fim de construir respostas coletivas às nossas demandas. Sua construção tem como base o respeito às vozes de mulheres em todas as suas especificidades: estudantes, terceirizadas, servidoras e professoras, bem como a compreensão de que as vivências da Universidade ultrapassam a relação tradicional e privilegiada das salas de aula.”*



(Fonte: Fotos tiradas no dia em que começou a ocupação da sala, cartazes colados pelas alunas na porta da ocupação )

Logo após ocuparem a sala começaram os problemas com a segurança da universidade, com a Life. Os seguranças queriam que as alunas se identificassem e apresentassem uma

liderança do movimento para se responsabilizar por aquela ação, se não seria necessário chamar a polícia, afirmando que era ilegítima a ocupação e que seguiam ordens da reitoria, de retirar pessoas que não eram alunos e quem frequentasse o espaço após às 22 horas. Primeiro, que no grupo de mulheres não existia uma liderança, eram mulheres autônomas, usavam da horizontalidade como estratégia política e, também, se alguém do grupo se apresentasse como liderança ela poderia ficar marcada e até sofrer um processo mais tarde, como já aconteceu em outras movimentações dentro da universidade. Após muita conversa com os seguranças uma das integrantes da Gestão do DCE, “*Todas as vozes*,” se identificou como gestão DCE, tranquilizando os seguranças, que afirmaram comunicar a reitoria sobre a ocupação logo pela manhã, deixando as alunas permanecerem na sala.

Nessa primeira noite havia em média 25 mulheres, algumas eram alunas e outras não, foi uma noite de muita tensão, quase ninguém conseguiu dormir, pois estávamos sem proteção alguma, não tínhamos a chave da sala, e éramos alvo, pois só tinha mulheres. Todas ficaram com medo de alguém invadir a sala durante a madrugada, principalmente depois da conversa com os seguranças, estávamos com medo de a polícia aparecer a qualquer momento e por isso não conseguimos dormir.

Nas assembleias anteriores à ocupação foram estabelecidas quais funções cada uma iria desempenhar, de acordo com as comissões que estavam sendo formadas. Essas comissões eram: a de segurança (para cuidar da segurança das mulheres na ocupação e do espaço), a de comunicação (para divulgar as atividades realizadas na página ou em outros espaços), a de articulação (articular com outros coletivos, projetos, reitoria), jurídico (cuidar das questões mais burocráticas, como a relação com a reitoria e contatar advogadas) e a de programação (para agendar e realizar as atividades no CCM), mas todas sempre que possível poderiam ajudar nas demais comissões.

Este primeiro dia foi bastante agitado, logo ao amanhecer começaram os atritos com os estudantes que tinham disciplina na sala de aula, houve xingamentos, piadas machistas direcionadas às ocupantes e ao movimento feminista, sendo que essas atitudes eram sempre de homens. Existiam mulheres incomodadas ou sem compreender a ocupação, porém não agiam da mesma forma que os homens, de forma agressiva, demonstrando sempre muita superioridade em relação às mulheres, sentiam-se no direito de humilhá-las.

Estava bem aparente que aquele espaço somente de mulheres incomodava os homens da universidade, era interessante observar a expressão das pessoas em relação ao espaço, um espaço empoderado causava inquietação nas pessoas. Muitos alunos olhavam estranhamente, outros demonstravam raiva, alguns faziam questão de mexer com as ocupantes, tentando até mesmo entrar na sala.

Durante a ocupação tiveram dois casos emblemáticos, que demonstram como os homens se comportam diante de mulheres empoderadas. O primeiro foi um caso de um homem que não estudava na UnB, estava tentando tirar as cadeiras que foram utilizadas como barricadas para fechar a saída da escada para a sala ocupada, pois gostaria de passar naquele lugar, afirmando que aquele espaço era público, então também era dele. As alunas não estavam lhe deixando passar e ele começou a agir de forma bem agressiva com a Cecília, xingando e gritando frases “Vá caçar um marido!! Sua vagabunda!”. Ela não baixou a cabeça, retribuindo a atitude agressiva. As outras mulheres preocupadas até onde iria esse bate-boca decidiram chamar as seguranças da LIFE, que tentaram um diálogo com ele, que já estava com muita raiva e fora de si e finalmente decidiu ir embora. As ocupantes decidiram fazer a denúncia contra ele na Diretoria de Diversidade<sup>9</sup>. Depois, Cecília me relatou que esse homem às vezes aparecia na ocupação da Funarte, sempre abordando mulheres e agindo de forma abusiva com elas. Outro caso marcante foi quando apareceu um homem no início da noite incomodado com a ocupação, ameaçando as ocupantes e afirmando voltar lá com uma arma para matar todas.

A reação das mulheres foi bem diferente, uma diversidade de mulheres entrou para conhecer e entender os motivos da ocupação, sempre em um sentido de apoio à ocupação. O mais interessante foi a presença de outras mulheres que não participavam de coletivos, ou movimentos feministas que entravam no CCM para conhecer e contar suas histórias, elas também apoiaram a ideia de um espaço somente para mulheres como algo urgente, expressando uma indignação com a forma como eram abordadas as questões das mulheres dentro da universidade, principalmente em relação à forma como eram tratados os casos de abuso e a falta de iluminação na universidade. Nesta época o CCM estava ganhando muita visibilidade, principalmente por ficar no ICC (Instituto de Ciências Central, prédio central do campus Darcy Ribeiro, conhecido como minhocão), isso facilitou o diálogo com muitas mulheres.

---

<sup>9</sup> É uma diretoria do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da Universidade de Brasília que lida com esses tipos de agressões. No capítulo três, explicarei como funciona esse órgão e como é o seu relacionamento com o CCM.

Várias atividades foram realizadas durante a ocupação do CCM, encontro de mães, assembleias, produção de cartazes, debates sobre violência contra a mulher, oficinas sobre sexualidade; outros coletivos também realizaram atividades lá, como cine-debates e discussões, como fizeram o Coletivo Afetadas e o Coletivo Ipê Rosa, além da participação de professoras.

Após algumas semanas negociando com a reitoria<sup>10</sup> para acabar com a ocupação, o CCM foi realocado para uma sala da DIV (Diretoria de Diversidade). A reitoria afirmou que após 30 dias encontraria outra sala nas condições exigidas pelas alunas, que era ter uma sala no ICC, no térreo, e em um espaço que tivessem visibilidade. Nesse momento, o CCM virou uma associação, para não ter nenhum vínculo institucional com a universidade, pois isso poderia limitar as ações do CCM e servir como mecanismo de proteção para as ações da reitoria.

Quando o CCM foi para a DIV, o grupo já estava se unificando, bem mais organizado e as comissões ainda se mantinham, porém perdeu a visibilidade, agora estava em um espaço escondido. No local anterior, as mulheres que estavam passando pelo ICC olhavam, paravam e entravam.

A ocupação foi muito importante, para conhecer e criar vínculos com outros coletivos de mulheres que já existiam. Um espaço físico foi essencial para a articulação desses coletivos, que poderiam se reunir semanalmente, realizar atividades voltadas para a discussão do corpo da mulher, empoderamento, entre outros. Esses coletivos também foram importantes para fortalecer a ideia de um espaço físico somente para as mulheres e pensar como aconteceriam os acolhimentos das vítimas. Vários foram os coletivos que ajudaram na construção do CCM, porém neste trabalho ficaram apenas três, os quais estiveram mais presentes, o Coletivo Afetadas, o Coletivo Ipê Rosa e o Coletivo Mayumi Lima. A seguir contarei um pouco do surgimento, motivações e projetos realizados por essas mulheres.

O Coletivo Ipê Rosa surgiu logo após a morte da Louise. Louise, 20 anos, estudante de Biologia que foi morta em um laboratório pelo seu ex-companheiro Vinícius, dentro do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, após ser dopada com Clorofórmio. Vinícius perseguia Louise para reatar o namoro, porém ela não o queria, o que resultou em seu assassinato. As integrantes do coletivo relataram que naquele momento era essencial uma discussão sobre o assunto e também a necessidade de se criar um coletivo:

---

<sup>10</sup> No capítulo 3 explicarei como funcionou a negociação do CCM com a reitoria.

*“O Ipê Rosa surgiu depois do que aconteceu com a Louise, foi um momento em que a gente enquanto mulher sentiu uma necessidade de se unir mesmo, rolou essa parada com a Louise, principalmente as mulheres, os caras ficaram assim, “caralho morreu uma mina”!, mas as mulheres do curso ficaram todas assim tipo, ‘véi’ a gente precisa começar a se olhar, a gente precisa começar a ver o que está acontecendo com a outra, sabe? Começar a conversar e ver como estão as nossas relações, porque a gente, dentro da Biologia, antes do que aconteceu com a Louise, as relações entre as mulheres dentro do curso, era de muita rivalidade, quem que ficava com aquele cara, quem que beijava aquele cara e as minas mesmo tinham muita rivalidade. Então assim, depois do que aconteceu com a Louise, ainda mais por ser um relacionamento, assim se alguém soubesse do que estava realmente acontecendo, como que estava o relacionamento deles, se a gente mesmo do curso estivesse debatendo sobre relacionamento abusivo, talvez poderíamos ter evitado isso, saca? E a gente não tinha um espaço propício para isso porque tudo na Biologia era muito velado, os relacionamentos eram relacionamentos que propiciavam que as mulheres tivessem essa rivalidade por homens e a gente não conversava sobre como lidar com as coisas e depois que aconteceu a gente começou a pensar! Véi! a gente precisa de um espaço pra conversar sobre as nossas relações e a gente enquanto mulher!! E depois do que rolou várias meninas pensaram, poderia ter sido eu! Foi dentro do Instituto de Biologia e o garoto era da bio, todo mundo via eles juntos, todo mundo conhecia o Vinicius e via ele, ele era monitor de várias matérias, então muita gente tinha contato com ele. Para várias garotas foi tipo, “poderia ter sido eu com aquele carinha da bio que eu tô pegando, sabe? “o ciclo de amizade dela era de uma galera pouco engajada, mas eles sabiam o que estava acontecendo, eles sabiam que o Vinicius estava perseguindo ela, que não parava de ligar pra ela, mas ninguém nunca achou que ia dar no que deu, eu não culpo os amigos dela, mais foi muito por falta disso, de falar sobre isso!”*

Com esse relato percebemos que dentro da universidade é necessário um maior debate em volta das questões sobre a mulher, que tipos de relacionamentos estamos sujeitos, sobre nossos corpos e, o principal, uma discussão sobre o machismo e como identificá-lo. A criação de coletivo de mulheres é uma alternativa que foi criada pelas alunas para combater a violência contra a mulher, pois são através deles que podem ser realizadas rodas de conversas, debates e acolhimento das vítimas, como elas explicam:

*“A partir desse contexto a gente começou a repensar várias atitudes que a gente tinha, com as pessoas que chegavam calouras (os), como a gente recepcionava essas pessoas e como que a gente tratava umas às outras, era muito isso, a gente tinha muito esse contexto de rivalidade entre mulheres do curso, várias coisas que a gente não conversava e outras situações que passamos e achamos que era de boa e não eram. Por exemplo, no*

*coquetel,<sup>11</sup> antes as mulheres eram carne, carne pesada!! E aí a gente começa achar que é isso que a gente tem que ser e depois disso tudo a gente começa a pensar, que a gente não quer reproduzir mais esse tipo de pensamento dentro do curso e aí a gente começa a fazer coisas e começa a mudar. O CA (Centro Acadêmico), antes era cheio de pintos desenhados na parede e aí falamos: “vamos tirar isso para o ambiente ficar mais de boa, algumas mulheres podem se sentir incomodadas com isso” e os caras falavam: “não véi! Isso é liberdade de expressão, não vamos apagar os pintos por causa disso, se tá incomodando as pessoas é porque é arte” e é isso que a gente está procurando enquanto coletivo, deixar o ambiente o melhor possível e mais acolhedor para nós mulheres. A ideia do coletivo também é ter um espaço onde as mulheres possam recorrer, buscar ajuda. “O público do coletivo são as alunas, porém é mais voltado para a Biologia, mas algumas mulheres da Veterinária já falam com a gente.”*

E quanto ao acolhimento que elas dão para as mulheres vítimas de violência?

*“Sempre tentamos acolher de forma carinhosa as vítimas, repensar a situação e ver quais são as alternativas possíveis, levando em consideração as limitações que as alternativas oferecem, caso a vítima queira denunciar, participamos juntamente com ela desse processo. Acho que acolher é a coisa mais importante, mais essencial, a mulher saber que tem pessoas ali que acolham ela e que conversem com ela, e que explique que isso não foi culpa dela, porque tem muito essa culpabilização. O importante é mostrar que tem alguém ali com ela e depois disso pensar que denuncia ou não quem quer? Quer punir a pessoa? Então, vamos juntas!”*

Como já havia explicado no capítulo anterior, o surgimento do Coletivo Afetadas se deu a partir de um caso emblemático, o caso do Hernando, estudante de Ciências Sociais que estuprou uma aluna do curso que estava alcoolizada, causando uma comoção e desespero por parte das mulheres do curso que sentiram a necessidade de tomar alguma atitude. Assim, iniciou-se a realização de assembleias exclusivas para as mulheres, em que foram discutidas as providências a serem tomadas em relação ao caso de estupro no curso de Ciências Sociais e que, mais tarde, em conjunto com algumas professoras do curso criaram o Coletivo Afetadas, com a intenção de alertar as alunas e discutir sobre as questões das violências sofridas pela mulher, por conta do machismo. As interlocutoras do coletivo Afetadas explicam como está sendo a atuação do coletivo:

---

<sup>11</sup> Recepção das(os) calouras(os) da Biologia.

*“O primeiro momento foi uma atuação mais dentro da universidade, criação de redes de acolhimento no curso, tipo rodas de conversa, com um engajamento forte das professoras, em seguida começaram os cine-debates. Inclusive a primeira assembleia de onde foi tirado o coletivo foi no CASO (CA de Sociologia), não foi no ICS (Instituto de Ciências Sociais) e aí depois o coletivo virou uma coisa muito institucional, onde as pessoas tinham o coletivo como uma coisa muito ICS e meio que inacessível e aí a gente tentou e tenta bastante, nessa nova onda do coletivo, aproximar mais a alunas do curso e mostrar que a gente não é uma coisa só institucional, a gente é um coletivo, a gente é institucional porque a gente precisa da instituição e também foi através das professoras e dentro do ICS que a gente teve um apoio pra se firmar! E a gente, hoje em dia, tem até, sei lá, uma voz aqui satisfatória, eu acho que se a gente for no colegiado eles vão ouvir a gente enquanto Coletivo Afetadas, enquanto, projeto de extensão, a gente tem uma abertura, né? Com as calouras também a gente tem o acesso de pedir aula pros professores para realizar atividades. Hoje a gente é um projeto de extensão, mas a gente ainda tem o coletivo, com ações coletivas, mas toda a questão do cine-debate, recepção de alunas, ida pras escolas, a gente acabou extensionando, até pra tornar o coletivo uma coisa institucional e garantir que ele não morra, por isso a gente está tentando atrair mais gente pra poder continuar o coletivo, porque a maioria das meninas que fazem o trabalho de base já estão formando, então a gente precisa de mais mulheres no coletivo. Até porque exige muita responsabilidade e proatividade, mesmo tendo a presença de uma professora, a gente é um projeto que se auto-organiza e acaba que sobrecarrega uma pessoa ou outra, pois a gente não quer parecer uma coisa hierárquica, tipo: “você vai fazer isso e aquilo”, não queremos ninguém mandando em ninguém, a gente tenta fazer uma coisa muito construída, tipo: “Quem pode ficar responsável por isso...” e assim é muito mais a nossa força de vontade, tipo quando a gente foi na escola a primeira vez e até hoje assim, né gente? (risos), compramos todo o material com o dinheiro que juntamos entre nós mesmas, porque não temos recursos e aí fomos pras escolas. A gente atua, no Paulo Freire, CEMso e CEM 2 da Ceilândia, mis a gente recebe vários convites, mas acabamos indo nas escolas onde já temos uma abertura maior, mas a gente tá tentando, principalmente, sair do Plano Piloto, mas é um pouco complicada a questão da logística, pois a maioria das meninas faz estágio e outras moram muito longe, ainda tem a UnB e ainda somos um grupo pequeno e aí acaba que às vezes sobrecarrega.”*

O comprometimento com a luta feminista também é algo importante para sustentar o movimento e levá-lo adiante, isso é uma dificuldade de todos os movimentos sociais em geral, ter pessoas suficientes, comprometidas, responsáveis e que estejam dispostas a deixar de lado algumas coisas da vida pessoal para ter disponibilidade e motivação para vida ativista. E isso é presente em vários coletivos autônomos de mulheres. Elas também descrevem como foi à entrada nas escolas:

*“Foi com uma professora do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) que é do Paulo Freire e ela convidou a*

*gente, no caso do CEMso, foi assim, eu já tinha estudado lá e então eu vi um relato de uma aluna no facebook, que era claramente do CEMso, era um caso de abuso com uma menina e aí eu mandei para as minhas amigas que já tinham estudado lá, e aí a gente mandou pras meninas que estavam ainda lá e aí foi a época que pipocou, as meninas que estava estudando lá começaram a pregar cartazes na escola e aí começaram a falar. A gestão da escola foi muito inconveniente, ela pegou os professores sentou com todas as alunas, sentou com os professores abusadores e falaram assim: “Então, o que ele fez para você? Pode falar, fala aqui na cara dele” e aí tipo super despreparados sabe???? E aí o professor de Sociologia veio conversar comigo, falou que estava bem chateado, porque ele não tinha tomado alguma atitude (no caso discutir sobre violências) para ajudar as meninas e que dava a entender que não podia ser mais educado ou coisa do tipo e aí eu falei: “então, professor, ou o senhor está se passando ou você não sabe o que tá acontecendo na escola em que você trabalha! Ninguém aqui tá falando que o problema é você, o problema é fulano e beltrano, porque eu já passei por isso e isso e a aluna tal já passou por isso e aquilo dentro dessa escola, e então ele falou: “eu queria muito que vocês do coletivo da UnB viessem aqui, conversassem com as meninas pra mostrar o que é um assédio, um abuso, um estupro e mais do que isso conscientizar, mostrar que elas têm direito a denunciar esse tipo de coisa.” Até hoje uma grande dificuldade que a gente tem é, de por exemplo, falar de mecanismos de denúncia dentro da Secretaria de Educação, porque é uma coisa extremamente fechada assim e é bem complicado. A gestão geralmente é omissa e aí a aluna não sabe o que fazer e os casos que vão para lá a gente não sabe o que acontece, existe um limbo, será que realmente vai pra frente? ”*

Percebe-se que não é só dentro das universidades em que as violências são veladas, mas nas escolas isso é muito presente e a situação é mais crítica, pois as alunas são menores de idade, muitas ainda não conhecem as questões de gênero e nem possuem algo para se apoiar, como uma rede de mulheres para se fortalecerem.

O Coletivo Mayumi Lima, assim como os outros coletivos, surgiu a partir de um caso de machismo por parte de um professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), como relatam as integrantes do coletivo:

*“Antes de surgir o coletivo tinha a roda de conversas das minas da FAU que rolava uma, duas vezes ao menos por aí, e aí teve um caso de um professor substituto da FAU, que ele estava dando aula para as calouras. A postura dele não era muito perceptiva dentro de sala de aula pra ser bem sincera, mas depois de algum tempo ele começou a adicionar várias alunas dele no facebook, eram especificamente ALUNAS, não tinham alunos! E isso foi a primeira coisa que a gente começou a perceber, e aí se você olhava o facebook dele você ficava enojada de verdade !!! Ele simplesmente postava coisas como, que a objetificação que a mulher sofre é culpa nossa e que tinha mulher que merecia apanhar mesmo, era horrível!!! Era daí pra baixo! Um posicionamento bem explícito e era público. Então, isso chegou ao conhecimento de muitas minas da FAU e na época essas meninas que nem*

*eram um coletivo efetivado resolveram fazer uma intervenção na aula dele, pegamos uns prints do facebook dele, imprimimos, colocamos na sala, pegamos uns cartazes de “machistas não passarão” e aí fizemos a intervenção na sala, com as cadeiras e mesas do ateliê, aí primeiro foi de manhã que isso aconteceu e ele ficou muito estressado, porque ele dava uma aula sexta-feira de manhã e uma aula sexta-feira à noite e ele ficou muito nervoso e começou a fazer várias acusações a várias pessoas e começou a falar que sabia quem tinha feito isso e que essa pessoa ia pagar e várias coisas do tipo e aí de noite fizeram de novo, na aula à noite, e ele ficou muito puto, só que de noite tinha muito mais gente na FAU e aí a galera fez uns gritos e ‘tals’ e ele foi embora, saiu mesmo e aí nesse dia o diretor da FAU apareceu e de novo, tentando dar aquela velha abafada e contando histórias da vida dele e várias coisas do tipo e aí como ele não era professor efetivo, era professor de contrato temporário, ele disse que não voltaria mais e aí a FAU disse que não ia renovar o contrato dele, mas até hoje a gente não sabe muito bem o que que aconteceu, mas ambas as partes não quiseram manter o contrato, não foi renovado. E aí, depois disso tudo, se efetivou o coletivo na FAU, virou o Coletivo Feminista da FAU/UnB, com essas meninas que tinham começado esse rolê da intervenção. Aí depois de um tempo, essas meninas que formaram o coletivo se formaram, outras mudaram de estado, uma tava passando por problemas pessoais e elas disseram que não davam conta de continuar sozinhas e tava meio que morrendo e elas convidaram outras meninas, que são a gente, para cuidar da página no facebook e continuar com o coletivo, e aí durante a ocupação de 2016 o coletivo ficou meio que parado. Porém, depois disso tudo, a gente foi convidando algumas meninas pra entrarem e aí foi crescendo e tá crescendo e a gente tá muito feliz com isso, mas também, todo dia recebemos uma bomba diferente aqui dentro da FAU ou da UNB mesmo e aí a gente vai combatendo a violência com os recursos que temos! “*

E sobre a atuação delas:

*“A gente tenta ao máximo abranger todas as mulheres da FAU, tanto professoras, alunas e terceirizadas. Mas, o que a gente tem conseguido alcançar mais, dentro de nossas capacidades, tem sido as alunas mesmo, porque as professoras e terceirizadas estão ligadas a outras burocracias, que a gente como aluna não sabe, não vivencia e então eu acho que é mais difícil, mas qualquer coisa que acontecer com algumas delas a gente vai estar se manifestando. E a gente tenta também ajudar mulheres da UnB que nos procuram e pessoas de fora também. A gente só fez uma roda de conversa que foi fora da UnB, em um evento tipo de brechó e que a gente foi convidada para falar sobre feminismo e padrão de beleza. Mas assim a gente tá tentando se fortalecer aqui dentro da FAU, pra poder ter uma base, poder ajudar alguém, porque não adianta a gente querer abraçar o mundo e não conseguir, sem estrutura e ‘tals’ e aí acaba q a gente não faz nada se a gente não se firmar aqui primeiro, então o foco maior é a FAU, as mulheres da FAU. A gente faz acolhimento de mulheres, pela página ou elas vão atrás da gente, a gente também fez uma plataforma de denúncia anônima, mas, tipo assim, a gente faz rodas de desabafos, que são rodas só para as mulheres, para tentarmos acolher o máximo de pessoas. E a partir dos relatos, tomar alguma*

*providência, desde 'escrotizar' os machos ou seguir uma linha mais burocrática, tentando levar adiante denúncias dentro da universidade."*

Após apresentar os principais coletivos que articularam com o CCM e estiveram ativos na época em que eu estava realizando o trabalho de campo, esses não eram os únicos coletivos que existiam na UnB. Desde de 2015 têm surgido muitos coletivos de mulheres. A maioria dos coletivos surgem dentro dos seus cursos, para tratar dos casos de violências que se referem a alunos ou professores dos cursos de origem e tomarem alguma providência. Esses coletivos possuem um perfil diferente dos que existiam na universidade antes deste período, em que na sua maioria quem os compunham eram mulheres dos cursos de humanas, que seguiam uma vertente feminista específica, com alguma ligação partidária e que seguia uma linha hierárquica, ou seja, eram formados por mulheres que faziam parte de determinado partido e seguiam a ideologia política daquele partido e criavam um coletivo de mulheres. Isso causava muitas intrigas, pois algumas não concordavam com a vertente partidária e suas ações, distanciando muitas mulheres e fragmentando o movimento. Atualmente, como percebe-se pelo relato das integrantes dos coletivos entrevistadas, é que os coletivos que estão aparecendo na universidade buscam ser autônomos. Estão baseados na horizontalidade e me arrisco a dizer que não seguem uma vertente feminista específica, na verdade misturam vários feminismos e possuem uma maior diversidade de mulheres e não é exclusivo dos cursos de humanas, também os cursos da área de exatas e da área de saúde têm criado seus coletivos.

Outro fator importante, que pode ser observado nas entrevistas com minhas interlocutoras, é o fato de todos os coletivos terem surgido após denúncias de casos de violência com alunas daquele curso, são nesses momentos em que as mulheres se enxergam enquanto corpos dilacerados e buscam alternativas de resistência para combater essas violências. Redes de solidariedade são acionadas e os coletivos representam e atuam como essas redes.

Dos coletivos entrevistados todos tentam ao máximo abranger outras mulheres que trabalham na universidade, como terceirizadas, professoras e técnicas. Porém, sempre encontram dificuldades, principalmente com as terceirizadas. As professoras e as técnicas que são servidoras têm uma certa autonomia em comparação com as funcionárias terceirizadas que por qualquer motivo podem ser demitidas.

### 3.2 Cuidado entre si

Iniciei o capítulo apresentando como aconteceu a ocupação do Centro de Convivência das Mulheres (CCM) e quais os coletivos que estiveram presentes durante a minha pesquisa articulando com o CCM. Apresentarei de que forma essas mulheres estão lidando com as denúncias de violências, buscando alternativas para pressionar a universidade e punir os abusadores e de que forma estão acontecendo os acolhimentos das vítimas.

Durante a ocupação e após ocupação do CCM, várias mulheres entraram no espaço em busca de ajuda, por vários motivos, algumas buscavam orientações para sair de um relacionamento abusivo, outras queriam somente conversar, também foram várias mulheres denunciar sobre homens que tinham abusado delas e elas queriam saber quais providências deveriam tomar para seguir com a denúncia. Apareceram também mulheres que estavam grávidas e desesperadas para abortar, mas não tinham um contato de quem vendia o remédio ou não sabiam como tomar, não tinham com quem conversar sobre o assunto e viram no espaço como um lugar para buscar um diálogo.

O principal objetivo da criação do CCM foi a criação de uma rede de acolhimento de mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, que estão em situação de vulnerabilidade como falta de moradia (duas mulheres usaram o espaço da sala para dormir, pois não tinham casa, nem família, nem recursos e uma delas estava aguardando as bolsas da universidade ou não era estudante da universidade, porém ajudou antes e depois da ocupação do CCM e também já havia participado da “Ocupa das Minas”) e por questões de saúde (aborto, depressão ou qualquer tipo de apoio em relação a alguma doença).

Enquanto era uma ocupação, por estarem tentando se estabilizar e ainda em processo de organização, as mulheres faziam o acolhimento das mulheres, porém sem muitos recursos, pois não tínhamos acesso a psicólogas, tínhamos somente o auxílio de uma advogada popular que ajudou e ainda ajuda o CCM e que ajudou algumas vítimas também. Nessa época, o CCM funcionou dessa maneira, elas recebiam as vítimas que as procuravam no espaço físico ou pela página no *facebook* e conversavam com elas. A maioria buscava algo ou alguém para se apoiar, buscava cuidado e era isso que acontecia, se a vítima quisesse era encaminhada para a Diretoria

de Diversidade (DIV), onde registrava a denúncia e oferecia um atendimento psicológico, que demora um pouco por possuírem somente dois psicólogos.

Quando o CCM havia mudado de local (mesmo que provisório, segundo a reitoria, e até hoje permanece lá), e estava mais organizado, as mulheres começaram a pensar melhor como essa rede de acolhimento poderia acontecer, tentaram exigir isso da reitoria. Essa explicou que existia a DIV para isso e não tinha recursos para mobilizar uma rede de profissionais. Explicarei melhor a relação reitoria e CCM no próximo capítulo. Receberam recomendações da advogada popular para anotar todo o acolhimento das vítimas, sugerindo criar arquivo digital com as denúncias e ao final de cada mês enviar para a reitoria em forma de carta pedindo alguma providência e assim seria uma maneira de ter tudo registrado e enviado, para que o Ministério Público entrasse com uma denúncia contra a universidade.

As integrantes do CCM também foram em busca de uma rede, com alunas da Psicologia ou psicólogas para fazerem atendimentos no CCM. Conheceram o grupo Escutas Diversas, que fazem atendimento para mulheres e LGBTTT's e até hoje ajuda o CCM. Também entraram em contato com alunas do Direito e advogadas populares, para fazerem um atendimento jurídico, algumas alunas do Direito se colocaram à disposição para ajudar o CCM, porém não tinha um número certo de advogadas e nem horários de atendimento. O CCM também começou a realizar rodas de conversas, palestras sobre violências dentro da universidade e relacionamentos abusivos para alertar as alunas, empoderá-las e guiá-las sobre como realizar as denúncias.

Durante a ocupação da sala no ICC, em média, três casos a cada dois dias eram relatados no CCM. Isso acontecia porque estava em um espaço visível, assim o número de mulheres procurando ajuda era maior. Nessa época tiveram várias denúncias de estupro ou tentativa de estupro dentro dos banheiros femininos da universidade, o que aumentou a insegurança das mulheres que frequentavam aquele espaço. Nas redes sociais foram postados relatos expondo o que estava acontecendo nos banheiros e em alguns dos relatos continham até as características do abusador. Foi a partir dessa rede entre mulheres que identificaram um dos abusadores.

Esse abusador, um estudante da Física, já tem um histórico na universidade de abusos e tem esquizofrenia, o que torna mais complexa a situação, pois ele ataca somente mulheres, seja nos banheiros ou em outros lugares, cuspiendo, xingando, tirando fotos de mulheres, ameaçando-as. A universidade estava em alerta com relação a esse aluno e em comunicação com a sua família, que relatou que ele não aceitava ajuda psiquiátrica.

Também tiveram casos como o de um homem se masturbando no banheiro feminino, outro pelado dentro do banheiro filmando as mulheres e o que é mais comum atacar as mulheres dentro dos banheiros. Uma estudante foi até a ocupação do CCM pedir ajuda, pois quase foi atacada em um dos banheiros do ICC (Instituto Central de Ciências). Quando ela entrou no banheiro, percebeu que um homem entrou junto, sem saber o que fazer se trancou no box e o homem ficou ameaçando ela com uma faca e pedindo que ela abrisse a porta, ela não abriu a porta e ficou quase 2h trancada no box com medo de sair e ele estar lhe esperando. A aluna relatou o caso na DIV. Essa estudante também relatou o caso de uma amiga que em 2016 havia sido estuprada e esfaqueada a ponto de ter sido desfigurada em várias partes do corpo, no Centro Olímpico (CO), da universidade. Continuou o relato dizendo que a aluna trancou o curso e está fazendo diversas cirurgias para recuperar as marcas deixadas no seu corpo, um caso que até o atual momento ninguém nunca havia falado na universidade.

As relações que essas mulheres passaram a ter umas com as outras eram marcadas pelo cuidado e o autocuidado, que nos termos de *Foucault*, poderiam se caracterizar como:

*“cultura de si”*, que tem como princípio o cuidado de si, *“que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática”* (FOUCAULT, 1984, p.49).

Essa ideia do autocuidado, da ocupação consigo, não é baseada nos valores do individualismo e da vida privada, presentes no capitalismo, é diferente dessa preocupação com o seu, que tem como base o individualismo. É uma ideia baseada na importância para si, presentes nos discursos feministas, principalmente para lidar com mulheres que sofrem em relacionamentos abusivos, aprender ter amor próprio e se cuidar acima de qualquer estigma ou moralidade hegemônica.

Portanto, o que é proposto na “arte do existir”, presente na argumentação de Foucault (1984), sobre os antigos gregos em comparação com a modernidade, na qual desenvolveram práticas da liberdade e ocupação consigo mesma, acredito ser interessante para nos referirmos às realizações dos feminismos. Assim, como apresento na descrição feita sobre o CCM e os coletivos de mulheres, que estão produzindo novos modos de existir subjetiva e relacionalmente para as mulheres.

Todas as lutas para conquistar um espaço dentro da universidade, para ter voz dentro dos seus cursos e tomar iniciativas para alertar outras mulheres, quais os possíveis abusos que elas podem passar dentro da UnB, têm sido responsáveis por colocarem em pauta as demandas das mulheres no ambiente acadêmico. Também torna-se importante na mudança da sensibilidade e do imaginário cultural entre as mulheres sob sua condição, na promoção de eventos, rodas de conversas, palestras sobre a temática da mulher e na modificação da maneira como as pessoas se relacionam consigo mesmas, como se percebem e como se interpretam. Acredito que isso seja possível porque outras estratégias de cuidar de si foram criadas e praticadas pelas mulheres que convivi, em suas lutas por autonomia.

### **3.3 Como são as emoções?**

Como é apresentado no livro *Antropologia das emoções*, da *Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho (2010)*, as emoções partem de um contexto de interação social e por isso não podem ser pensadas de forma isolada, nas quais encontram-se dificuldades em separar o sentimento de percepção e expressão. As emoções são elementos sociais e são através delas que se estabelecem negociações para a definição da situação e de vários aspectos da vida social, devendo ser analisadas como “elementos de práticas ideológicas locais”, levando em consideração o modo de sociabilização e comunicação entre as outras pessoas.

Em conversas com as alunas, elas relataram sentir medo ou raiva, ou uma mistura dos dois, ao escutar os casos, notei isso quando falavam que começaram a ir ao banheiro acompanhadas umas das outras ou com alguma arma branca e armas não letais, como: spray de pimenta, spray de gengibre, ‘taser’, canivete, chaves, tesoura, estilete e trocas de conhecimentos de como reagir ao ser atacada, sempre em alerta, mudando até mesmo suas rotinas. A raiva entre as mulheres que convivi era algo muito presente em suas falas, diante dos casos de abusos que estavam acontecendo na universidade e que eram ofuscados pela instituição, que, para elas não se posicionava diante dos casos, criando nelas um sentimento de impotência e ódio. E elas sentiam raiva da exclusão, do silenciamento, do maltrato ao corpo, da alma, sentiam culpa e medo da dor, do sofrimento, do homem, da noite e do dia e, ainda o medo de ser mulher.

A raiva para *Audre Lorde (1981)* é apresentada por ela em resposta às atitudes racistas que sofrem as mulheres negras, aparece como mecanismo de aprendizagem e enfrentamento. Ela entende a raiva como ato de libertação e empoderamento, tendo como objetivo a mudança, pois é a partir da raiva que são identificados aliados e inimigos. As mulheres, as quais convivi, como expliquei no capítulo anterior, em sua maioria eram mulheres brancas, por isso, o sentimento de raiva expresso pelas mulheres brancas, jamais pode ser comparado ao das mulheres negras, pelo fato de sofrerem racismo. Porém, a forma como Audre Lorde define raiva como um mecanismo de mudança e empoderamento, também percebi nas vivências com essas mulheres, a raiva como sendo o fator central para seguir com a luta, algo que traz força e vontade de transformação da realidade.

Na minha pesquisa também está presente o sentimento de culpa expresso pelas mulheres que sofrem algum abuso, seja em razão do seu comportamento ou vestimenta. Não importa, a mulher parece ser treinada para sentir culpa, pois é algo socialmente construído, fruto da sociedade patriarcal.

O sentimento de impureza, causado pelo estupro, está presente tanto no corpo como nas suas emoções mais profundas, situado na sua interioridade, tendo a água como um elemento purificador,

*“(...) ouvindo agressores e vítimas, paradoxalmente, o ato de estupro marca não o masculino, mas o feminino com a impureza (...)” (Zanotta, 2000, p.03).*

As mulheres, as quais conversei, que foram vítimas de violência sexual, contavam suas histórias demonstrando sofrimento, relatando que o momento após o ato era marcado pela limpeza do corpo, como me falou uma delas: “*esfregava meu corpo com tanta força, tanto ódio, nojo! e parecia não sair aquela sujeira!*”, ou seja, recorrem a “rituais de purificação”.

Segundo Zanotta, esses rituais seriam capazes de purificar o corpo e a alma, que haviam tornados sujos e impuros após o estupro, diferente do sentido dado nas delegacias, onde o corpo deve permanecer sujo para que existam provas contra o agressor. E com relação à alma ela explica:

*“o rituais de purificação parecem ter pouca eficácia para dissolver a marca corporal do estupro porque é marca da “alma”, isto é, da “pessoa”. Daí ser indelével. Porque é uma marca da “pessoa moral”, e porque, no feminino, a*

*marca moral na interioridade, marca é profunda e se inscreve na construção da subjetividade” (Zanotta, Sexo, Estupro e purificação, p.6, 2000).*

O sentimento sempre recebe a sua forma através do pensamento, carregado de sentidos emocionais, sentimentos são como pensamentos incorporados. Os discursos emocionais e sobre emoção só podem ser entendidos em relação ao contexto do qual emergem. *(Coelho & Rezende,2010).*

## 4. CAPÍTULO TRÊS

No capítulo dois expliquei como se deu o surgimento do Centro de Convivência de Mulheres (CCM) e contei a história de três coletivos que estavam articulando com ele na formação de uma rede de apoio para o fortalecimento das mulheres e lutando pela transformação do ambiente universitário.

Na primeira parte deste capítulo irei apresentar como as redes sociais, principalmente *facebook e whatsapp*, foram fundamentais nesse processo de articulação entre os coletivos, nas ocupações e como mecanismo de divulgação das atividades com o objetivo de alcançar um público maior de mulheres, e também como as redes sociais funcionaram como uma rede de proteção para mulheres, expondo homens que agiram de forma abusiva com mulheres e locais inseguros dentro da universidade.

Na segunda parte, apresentei como funcionaram as negociações do CCM com a reitoria, especificamente com o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), durante e após a ocupação para obter um espaço e como se deu o surgimento da Diretoria de Diversidade (DIV) e como funciona o acolhimento de mulheres vítimas de violência neste órgão, nos departamentos dos cursos e na Life (empresa de segurança da universidade).

### 4.1 Espaço virtual

As redes sociais foram importantes para a movimentação das mulheres dentro da universidade. Desde a ocupação de 2016, com a *Ocupa das Minas*, que o *facebook* tem tido um papel importante como ferramenta de comoção e adesão das pessoas no movimento de mulheres. A internet tem sido usada por grupos feministas como espaço de ação e de reflexão e tem sido um dos principais meios de apoio e divulgação do universo feminino, sendo capaz

até de articular com instituições que lidam com a causa feminina, fortalecendo a rede de apoio entre as mulheres.

Durante as ocupações, tanto a *Ocupa das Minas* como a ocupação do CCM, o *facebook* e o *whatsapp* foram instrumentos fundamentais. A partir do momento em que o prédio ou sala foi ocupado, a primeira coisa a ser feita era criar uma página no *facebook* para divulgar a ocupação, pedir mantimentos para manter as ocupantes e chamar atenção das pessoas para agregarem à luta e divulgar nos grupos do *whatsapp*.

O chamado cyber feminismo, uma atuação estético-política no espaço virtual e para além dele, a internet como mecanismo de combate à violência contra a mulher dentro da universidade:

*“Nesse momento, a relação entre feminismos, tecnologia e internet incorporou um discurso estético e político produzido pelo tráfico de signos, artefatos culturais e a resignificação crítica de códigos normativos ligados à feminilidade.” (Carolina Branco de Castro Ferreira, 2015).*

Assim, a internet permitiu a formação de redes que fortalecem contatos com organizações políticas e grupos feministas e também cria novas redes de comunicação, como instrumentos de ação política e recurso de identificação.

As redes sociais também têm funcionado como um espaço de exposição de agressores ou relatos das vítimas de abuso que aconteceram na UnB. Não era somente mulheres de coletivos que estavam denunciando os abusos, várias mulheres se sentiam na obrigação de divulgar na internet o que passaram ou que uma amiga passou para alertar outras mulheres. Como na imagem dos *prints* de grupos no *facebook* de estudantes da UnB ou no *whatsapp*, algumas postagens continham o perfil e outras até a foto do abusador: (Ver anexo 1 com mais imagens).

Procura-se uma matéria UnB  
5 h · Brasília, Federal District ·

Mulheres, acabei de presenciar um desgraçado se masturbando no meio do icc. Corri na segurança e a moça disse que esse é o segundo relato desse cara, a outra vez ele entrou em um banheiro feminino mas quando os seguranças chegaram ele já não tava lá. Ele é negro, cabelo baixo e estava de polo e calça jeans, pareceu ser estudante. Seque o telefone da segurança da UnB



GALERA UMA MENINA DO IDA ESTUPRADA POR UM MENINO DO IDA TB. AMBOS DE VISUAIS....

Ela já foi a delegacia, mas veio me procurar pra saber se a gente pode ajudar de alguma forma, seja um auxílio jurídico, psicológico....

então... terça-feira fui pra casa de uma amiga, dar rolê com ela e com mais dois amigos. bebemos bastante e na hora que o rolê morreu, ela e um dos amigos foram dormir num outro quarto da casa dela. fiquei no quarto dela com o indiano, que queria ir embora, mas falei pra ele ficar pra não ter que dirigir bêbado. eu tava morrendo de sono já e doidassa então dormi rapidinho (isso foi umas 4:30), acordei sem minha calcinha sendo penetrada por ele, que tinha ido

4:30), acordei sem minha calcinha sendo penetrada por ele, que tinha ido dormir com uma calça e uma blusa e tava completamente pelado em cima de mim

falei pra ele parar, questionei o que tava acontecendo e ele ficou perguntando se eu não lembrava, tentando confundir as coisas. falou que tava se sentindo culpado, virou pro lado e apagou em dois segundos. daí mais tarde nesse dia ele me mandou mensagem tentando justificar o que fez, falando que achava que eu tava afim dele, que não percebeu que eu tava dormindo, essas coisas...

enfim, ele já me mandou outras mensagens depois. tive que bloquear ele, porque tava me fazendo mal demais. tô focada em falar disso bastante, contar pras pessoas, não deixar passar mas ao mesmo tempo extremamente triste com a situação

(Fonte: Prints tirados do facebook e whatsapp -2017)

27 de abril  
Manas, tem mais ou menos 1 semana eu estava na aula de partidos e fui utilizar o banheiro do pjc. Daí quando já estava lavando as mãos, sai um cara de dentro do banheiro, falando "meu deus, eu tô no banheiro feminino?" Foi mal minha? Eu como jamaíquina que sou, não me dei conta da dimensão do que e que poderia não ser um erro dele, mas uma situação proposital. Hoje conversando com amigas, elas me relatam que um cara, loiro, alto e forte com uma bolsa de lado, tem visitado os banheiros femininos da UnB, abusando das minas. Aparentemente o mesmo cara, para o meu desespero. Enfim, so se cuidem! Se voces o virem em outros banheiros avisem alguém, procurem ajuda. Nós por nós né? 🙏

27 de abril  
ATENÇÃO!  
MAIS CASOS SIMILARES JÁ FORAM DIVULGADOS POR OUTRAS MINAS  
Repassando 🙏  
ATENÇÃO!  
Pessoal, hoje de manhã uma aluna foi atacada aqui na sala sul. Não se sabe exatamente onde (estima-se que em um banheiro próximo), mas ela descreveu um rapaz entre 20 e 25 anos, loiro, alto, com cavanhaque. A descrição bate com uma tentativa de estupro de um rapaz, na semana passada, na sala norte.  
Assim, tomem bastante cuidado ao irem ao banheiro. Se não der pra chamar alguém, comente com a gente pra onde está indo, comentando o tempo que deve ficar fora, para podermos ficar alertas.

Semestre passado um cara arrumado de terno me agarrou perto da FE. Não confiem em ninguém, aparência não quer dizer nada, macho do caralho dos infernos tem de todo jeito!

Manas, Hoje pela segunda vez, aconteceu com minha amiga. Tinha um cara no banheiro feminino olhando ela do outro box do banheiro, subiu em cima do vaso pra ficar olhando ela. Naquele banheiro que fica ao lado do LET, na parte de cima do icc sul, mesmo horário (entre 19:00 e 21:00), mesmo lugar. O cara é alto, branco e bem vestido (tava de terno na primeira vez). Não é de agora que isso vem acontecendo, outro menino estava fazendo a mesma coisa, foi reconhecido, o caso foi levado a reitoria e novamente nada foi feito. Passando pra avisar pra que ninguém vá ao banheiro sozinho, porque não tá sendo seguro. Sei que o semestre tá acabando, mas é melhor prevenirmos!  
20/48

18 de abril de 2015  
Sei que o intuito do grupo não é esse, mas afim de divulgar p/ um maior número de meninas, resolvi postar aqui.  
Tomem muito cuidado, por favor 🙏  
Hoje por volta das 14h eu estava no banheiro da BSA Sul sozinha quando ouvi a porta fechando. Tentei ver se tinha alguém nas pias pela fresta do box e, como não vi nada, sai. Dei de cara com um homem entrando no box do lado. Não sei se ele se confundiu ou se tinha más intenções, mas tendo em vista o relato do que houve no banheiro da FAU me desesperei e sai o mais rápido possível antes que conseguisse descobrir por conta própria.  
Se tiverem como ir ao banheiro acompanhadas, vá! Por favor!

Atenção pessoal!  
Hoje pela manhã uma colega do nosso curso estava na BCE e viu um homem sentado ao lado dela no computador com um comportamento muito estranho, ele criou um perfil fake no Facebook e estava olhando sites de sex shop e via coisas pornográficas. Ela o encontrou ao longo do dia no ICC e agora há pouco ele estava na FE na sala de informática, novamente vendo sites desse tipo. O responsável pela sala de informática chamou a segurança e chegou a ser agredido pelo rapaz, que é estudante de Física. Foi chamada a policia, mas até agora ela não chegou. Vamos ficar todos atentos nesse rapaz, ele é alto, branco de cabelo claro e estava com roupas sociais, se chama [redacted]  
01:01

(Prints tirados do facebook e do whatsapp-2017)

## 4.2 Como funcionam as instituições?

Primeiro irei começar esta parte do capítulo explicando como se deu a relação do CCM durante e após a ocupação com a reitoria, mais especificamente com o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Na primeira semana da ocupação, os representantes da reitora Márcia, que fazem parte do DAC, entraram em contato com alunas para marcar uma reunião, que aconteceu no fim da mesma semana. Na reunião estavam presentes duas servidoras e um servidor do DAC, em nome da reitora e também a coordenadora da DIV (que sempre se colocou a favor da ocupação e ajudou bastante o CCM). Assim que começou a reunião, as representantes da reitora Márcia pediram para explicarmos os motivos da ocupação e a necessidade de criar o CCM.

Após as alunas argumentarem em favor do CCM, as servidoras do DAC começaram a questionar a ocupação, por considerarem algo extremamente radical e violento, principalmente pelo fato de fechar a entrada das escadas com as cadeiras, as chamadas barricadas, argumentando que sempre estavam abertos ao diálogo e que isso poderia ter sido evitado e que a nova gestão tem no seu cronograma uma pauta para as mulheres, inclusive em conjunto com a nova gestão do DCE. As alunas explicaram que a reitoria nunca tentou um diálogo, pois desde a ocupação de 2016 ficou acordado em um documento (documento em que se comprometeram com a desocupação da reitoria e a reitora Márcia teria acesso ao seu gabinete), assinado pela reitora Márcia, que seria discutido sobre a criação de um Centro de Convivência das Mulheres, que chegou a ter até algumas reuniões antes do início do semestre, mas que depois a reitoria parou de aparecer nas reuniões e passaram a não responder aos e-mails, as alunas afirmaram que tinham como comprovar, pois tiraram *prints* dos e-mails não respondidos.

Os representantes da reitora continuaram argumentando que a ocupação não era a maneira de resolver os problemas e que se acontecesse a desocupação da sala, a nova gestão se comprometia em construir um Centro de Convivência das Mulheres, pois nas palavras de uma das servidoras do DAC “*uma sala insalubre não seria bom para as mães e os filhos*” (as ocupantes queriam que a sala também pudesse ser um espaço para as mães deixarem seus filhos com outras mulheres para assistirem aula). Os servidores do DAC também afirmaram colocar um fraldário em alguns lugares específicos da UnB, as alunas tinham exigido colocar fraldário em todos os banheiros da UnB, tanto no masculino como no feminino, porém argumentaram

que era um ambiente insalubre para trocar um bebê e finalizaram a reunião falando para as alunas trabalharem em conjunto com a reitoria e fazer vários programas, palestras sobre violência contra a mulher.

As alunas queriam que os representantes da reitora assinassem um documento afirmando construir um Centro de Convivência de Mulheres para terem certeza de que isso realmente iria acontecer, mas apesar de todas essas falas sobre construir um local para mulheres, as servidoras do DAC falaram que não iriam assinar nenhum documento, pois a construção de um prédio poderia demorar e que a gestão poderia não ser a mesma e que portanto era para acreditar nas palavras delas. Também argumentaram que o CCM não era um coletivo, era apenas uma ocupação e que por isso não poderiam tomar muitas providências. Por isso, em conversa com a Advogada Popular, o CCM decidiu virar uma associação para ter direito a um espaço e possuir autonomia diante da Instituição.

O CCM não desocupou e as reuniões com a reitoria continuaram somente com um representante deles, um servidor do DAC, que reproduzia várias falas machistas, não tinha sensibilidade alguma para reconhecer a necessidade do CCM e sentia-se no direito, por ser do DAC, de cortar as falas das alunas e não respeitar o tempo de fala, chegando às vezes a falar por mais de dez minutos.

O “diálogo” com a reitoria foi de muita tensão, tinha reuniões onde ficavam discutindo o porquê de desocupar a sala, ao invés de propor ideias para se tentar ter uma universidade mais segura para as mulheres ou perdiam muito tempo questionando as propostas do CCM. Ao final, a reitoria pediu para o CCM desocupar e ser realocado em uma sala na Diretoria de Diversidade (DIV) por um período de 30 dias enquanto não existia sala disponível para o CCM e que iriam colocar no edital da assistência o auxílio-creche para as mães. Com isso, foram acordadas em assembleias com as mulheres e mais tarde com a reitoria as seguintes propostas:

*“Em Assembleia, organizamos as demandas levantadas nesse primeiro momento de acordo com a urgência e a viabilidade de atendê-las em conjunto com as instâncias deliberativas da Universidade:*

*A curto prazo:*

1. Espaço físico alocado no térreo do Instituto de Ciências Centrais.

2. *Iluminação em todas as passagens de pedestres e nos estacionamentos.*

3. *Punição aos assediadores e expulsão dos estudantes agressores.*

4. *Posicionamento da administração e da Reitoria quanto às violações de direitos trabalhistas e*

*condições de trabalho das trabalhadoras terceirizadas.*

5. *Preparo e conscientização dos servidores/professores para lidar com as mães e suas*

*demandas.*

6. *Garantia da presença de bebês e crianças em salas de aula quando for necessidade da mãe ou*

*da criança.*

7. *Acesso das crianças ao RU mesmo sem consumir e valor de alimentação do RU para*

*crianças igual ao valor para servidores e estudantes.*

8. *Prioridade das mães e gestantes nas vagas para turmas e a garantia de flexibilidade na grade*

*horária de acordo com as suas necessidades.*

9. *Fraldários nos banheiros masculinos e femininos.*

10. *A não obrigatoriedade de saída de campo durante exercício domiciliar.*

11. *Apoio psicológico para mães na Universidade de Brasília e a atuação de mais*

*psicólogas mulheres, principalmente negras, na Diretoria da Diversidade.*

*A médio prazo:*

1. *Apoio técnico e administrativo para capacitar as mulheres frequentantes do Centro de*

*Convivência a lidarem com os diversos tipos de violência contra a mulher.*

2. *Campanha permanente e com poder de intervenção nas atividades culturais promovidas pela*

*Universidade.*

3. *Auxílio-creche (assistência estudantil/acúmulo de bolsa para mães/gestantes)*

4. *Adequação dos espaços da Casa do Estudante para crianças.*

5. *Permanência das mães na Casa do Estudante.*

*A longo prazo:*

1. *Capacitação da ouvidoria para atender as denúncias de violência contra a mulher.*

2. *Política regulamentada de punição aos estudantes, professores e servidores que praticarem*

*violência contra a mulher.*

3. *Creche para as crianças filhas de estudantes, servidoras, professoras e terceirizadas.*

*Brasília, 4 de maio de 2017,*

*Centro de Convivência de Mulheres”*

Quando o CCM se mudou para a sala da DIV, as reuniões com a reitoria começaram a ser desmarcadas e não se preocuparam tanto com o que o deveriam cumprir. E por insistência das alunas algumas reuniões aconteceram para colocar o auxílio-creche no edital e depois de muita discussão foi aprovado pela reitoria, o auxílio é de R\$ 485,00. Porém, o CCM ainda continua na DIV e a reitoria não se manifestou em relação à sala em que ficará o CCM. Atualmente o CCM ainda permanece na DIV sem previsão para mudar e as reuniões com o DAC pararam de acontecer. Em todo esse período, a reitora Márcia Abrahão não apareceu em nenhuma reunião e nem se manifestou em relação aos casos de violência contra as mulheres, mesmo sendo uma pauta importante (segundo seus representantes) no seu cronograma.

Quando uma mulher é vítima de violência dentro da universidade e decide fazer uma denúncia ou tomar alguma providência para não deixar impune o agressor, ela recorre a alguns

órgãos da UnB, por não terem informações sobre quais órgão recorrer, as vítimas acabam passando por muitos constrangimentos até chegar ao órgão que realmente pode tomar alguma providência ou desistindo no meio desse processo.

Quando as vítimas decidem expor seus casos e buscar ajuda, na maioria das vezes acompanhada por um grupo de amigas, vão atrás de coletivos feministas dentro da universidade e dependendo do curso e da acusação (há casos em que a vítima foi violentada por professores ou alunos do curso) recorrem também aos CA's, onde normalmente são realizadas reuniões exclusivas para mulheres em que os casos são apresentados e buscam por solução para o ato configurado criminoso. Quando o caso é conversado pelas amigas próximas da vítima e dependendo do caso por um grupo maior de mulheres, começam a ir atrás dos órgãos dentro da universidade. Em casos em que o ato é cometido por um aluno ou professor do curso, normalmente as alunas buscam apoio do seu departamento, como aconteceu, por exemplo, no caso do Hernando (2014), que é aluno do curso de Antropologia, também no caso do professor da Faculdade de Comunicação (FAC) e em um caso de abuso por parte de um professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que aconteceu por volta de maio de 2017.

Os departamentos não estão preparados para lidar com os casos de violência contra a mulher, não acolhem a vítima da forma correta e acabam expondo ela. A maioria dos professores não possui sensibilidade para lidar com os casos e também não sabem quais medidas tomar, e as que possuem alguma sensibilidade (professoras) e tentam ajudar, são impossibilitadas pelas burocracias da universidade, pois é só no Comitê de Ética e Comissão Disciplinar que podem de fato resolver a situação.

A falta de informação por parte dos departamentos pode até piorar a situação da vítima, como o caso de abuso cometido por um professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que aconteceu em 2017. A aluna que sofreu o abuso (não sei o que aconteceu com ela, pois esse caso foi comentado da maneira que estou relatando em uma reunião do CCM, em que estávamos com a Advogada Popular) contou para uma amiga que entrou em contato com o Coletivo Mayumi criado pelas alunas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

As estudantes conversaram com o coordenador do curso que orientou fazer uma carta contando o que aconteceu e pediu para que elas assinassem seus nomes e que a carta deveria ser enviada para a Ouvidoria, que é um setor responsável por processos administrativos. Esta carta também seria discutida em uma reunião com todos os professores do departamento, ou

seja, o coordenador não sabia quais providência tomar, não tinha sensibilidade para lidar com o caso e ainda expôs a vítima, orientando que esta fizesse uma carta e ainda assinasse o seu nome. Após sua exposição, a vítima ainda passou por um processo de julgamento por parte de todos os professores, entre eles o professor abusador do curso que iria analisar a carta escrita. Isso significava que estavam questionando se era verdadeira ou não a situação em que a vítima passou. Demonstrando, mais uma vez, a incapacidade dos departamentos em dar o mínimo auxílio e apoio psicológico às vítimas de violência.

A Ouvidoria é um setor da universidade que lida com processos administrativos e não tem preparo algum para lidar com denúncias de violência contra mulher, por não possuir atendimento psicológico e/ou jurídico e por não ter profissionais na área de gênero. Porém, as informações encontradas no site da ouvidoria informam que recebem todo tipo de denúncia das situações que acontecem na universidade:

#### **A Ouvidoria da Universidade de Brasília**

As ouvidorias públicas trabalham como agentes promotores de mudanças, de forma a garantir a satisfação das demandas do cidadão e, também, como um importante instrumento de gestão, buscando a constante melhoria dos procedimentos e o aprimoramento da prestação de serviços.

A Universidade de Brasília criou, em 2011, a Ouvidoria da UnB, no intuito de auxiliar o cidadão em suas demandas com a Instituição. Para tanto, são recepcionados denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões.

Os prazos a serem observados pelas áreas administrativas e acadêmicas da Instituição em cada tipo de resposta são de até 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa por escrito, por mais 10 (dez).

A Ouvidoria da UnB atua em conformidade com o nosso Regimento Interno, com o Regimento e Estatuto da Universidade, com a Instrução Normativa da CGU/OGU n. 1/2014 e com a Lei n. 13.460/2017, inclusive em relação aos prazos previstos para resposta ao cidadão que busca pelos nossos serviços.

Ressalta-se que nos casos de denúncias, o limite de atuação da Ouvidoria, além da análise preliminar, é a mediação. Esse trabalho não deve ser confundido com o das áreas de apuração. As denúncias apresentadas, havendo existência de elementos de convicção para apuração, serão analisadas e concluídas via Ouvidoria e encaminhadas para um setor responsável da UnB pela investigação/apuração.

*(Fonte: retirado do site da ouvidoria: <http://www.ouvidoria.unb.br>)*

A Diretoria da Diversidade foi criada por meio de ato<sup>12</sup> em 2013 a partir de uma situação de lesbofobia no ICC Sul, provocada pelo Ministério Público, a universidade criou essa

---

<sup>12</sup> Ver em anexo 2.

diretoria no âmbito do decanato de assuntos comunitários. Porém, apenas em decorrência do feminicídio da estudante do curso de Biologia em 2016, Louise, foi criada a Coordenação de Mulheres. A DIV está estruturada em quatro coordenações: Coordenação de Mulheres, Coordenação Indígena, Coordenação LGBT e Coordenação Negra. A direção de Coordenações LGBT e de Coordenações de Mulheres funcionam no ICC SUL e outras duas Coordenações têm sede própria que é o Centro de Convivência Negra e a Maloca.

A DIV funcionou em vários lugares porque não tinha uma estrutura, ela já ficou um tempo no mezanino do Restaurante Universitário (RU), na Casa do Estudante (CEU) e no Centro de Convivência Negra (de 2013 ao início de 2016) que tinha uma estrutura pequena e não existia uma equipe constituída, porém no meio de 2016 a DIV conseguiu um espaço no ICC SUL, que a antiga gestão colocou como um espaço provisório, mas estão lá até hoje. Durante a pesquisa conversei com uma das coordenadoras da DIV sobre como funcionava o trabalho delas:

*“A gente busca trabalhar na interseccionalidade dos direitos, essas coordenações têm temáticas específicas, mas a equipe trabalha de forma integral, considerando os marcadores sociais e a perspectiva identitária dos processos e como as violações se dão na perspectiva de gênero, raça e etnia. A gente trabalha na perspectiva da proteção e da promoção dos direitos. Na proteção a gente faz o acolhimento de pessoas desses grupos que a gente pode chamar de minorias políticas, quando têm os seus direitos violados no contexto da Universidade de Brasília, mas não só se eles são submetidos a violências aqui dentro, mas também fora, como situações familiares ou viveram algum tipo de violência, a gente também faz o acolhimento. Nós trabalhamos então num escuta, a pessoa chega ou pode mandar por e-mail ou ligar e marcar um horário e aí ela chega aqui e preenche a folha<sup>13</sup>, que é uma ficha de registro, ela preenche a ficha, apontando alguns aspectos da vida dela, como cor, identidade de gênero e orientação sexual e aí a gente tem um protocolo estabelecido, então, qualquer profissional que está aqui é capaz de fazer o primeiro acolhimento dessa pessoa. No geral nós aqui já temos a equipe técnica que é formada pelas pessoas que compõem as coordenações e já encaminhamos para o assistente social ou psicólogo ou pra gente na parte de orientação pedagógica. Todo mundo tem formação e capacitação nas temáticas, e a gente trabalha em uma perspectiva de acolhimento e além do atendimento psicossocial, que no caso é feito por psicólogos ou assistentes sociais, a gente tem essa perspectiva da orientação pedagógica também. Se uma pessoa apresenta uma denúncia pra gente no contexto da universidade, a gente abre um processo administrativo e aí, dependendo de quem é o agressor, considerando se ele é membro da comunidade universitária ou não, a gente vai dar um encaminhamento específico. No caso de o agressor ser um membro na comunidade universitária, é feito um relatório psicossocial ou registro desse atendimento e é aberto um processo administrativo e encaminhado para o Decanato de*

---

13

*Assuntos Comunitários(DAC). Se forem servidores públicos os agressores, ou seja, técnicos administrativos ou docentes, o DAC encaminha o processo administrativo para a Comissão de Ética da universidade e, se for um estudante ou uma estudante, é encaminhado para a direção da unidade, onde esse estudante é vinculado, para abertura de uma Comissão preliminar, pra abertura de um processo disciplinar discente, esse é o encaminhamento administrativo. No contexto da rede de proteção, a gente tem, sobretudo no caso das questões relacionadas ao enfrentamento ao racismo e ao enfrentamento lgbtfobia, a gente tem parceria com dois projetos de extensão, um é o projeto escuta diversa, coordenado pela profa. Tatiana Lionço do Instituto de Psicologia, esse projeto, ele oferece acolhimento e acompanhamento psicológico para vítimas de lgbtfobia, se a gente faz o atendimento de uma mulher lésbica ou uma mulher trans, a gente encaminha pra lá, além dele a gente tem o Centro de Atendimento de Estudos Psicológicos (CAEP), que é uma clínica-escola aqui da universidade e, dependendo do caso, a gente encaminha para a Casa da Mulher Brasileira, que é um equipamento público intersetorial e que tem várias instâncias do governo, do judiciário e da assistência social, que vai ter uma abordagem específica no enfrentamento às violências de gênero e também oferece serviço para essas vítimas, como o acompanhamento psicológico. Então, por exemplo, se a gente recebe uma mulher vítima de racismo, a gente tem parceria com outro projeto, que se chama 'Ressignificando Vivências Raciais', no âmbito da UnB, ou seja, observa que a gente está tentando estabelecer uma rede de proteção interna e também articula com uma rede de proteção externa, uma não exclui a outra. E a gente precisa fortalecer a nossa rede de proteção interna, primeiro, pra gente tornar uma universidade mais humana e digna pra todos e todas e fortalecer os laços aqui dentro e que garantam a proteção e a permanência das pessoas de uma forma com mais equidade, com mais direitos e de forma mais autônoma e livre.”*

As mulheres vítimas de violência dentro da universidade também são orientadas a denunciar nos órgãos competentes, como dar queixa na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), na Delegacia Contra Crimes de Intolerância, que faz parte da Polícia Civil, no caso de uma mulher que sofre racismo, pois é uma instituição que trata de questões raciais e várias questões relacionadas a violações de direitos, como intolerância religiosa, lgbtfobia e também trabalha com violência contra idosos.

Essa diretoria também trabalha articulada com LIFE, que é a empresa de segurança privada da UnB, que também recebe denúncias informais por parte da comunidade acadêmica e fica atenta com o que acontece na universidade. Como explica a coordenadora da DIV:

*“Se a gente tem uma situação de uma agressão no campus e a segurança é acionada a gente também é acionado, e nós estamos trabalhando em uma perspectiva de um protocolo articulado com a Diretoria de Segurança, para que o encaminhamento das vítimas seja especializado.”*

O trabalho realizado no âmbito da promoção de direitos consiste em construção de pautas e transformação na universidade por parte das coordenações ao longo do ano, que seguem um calendário e uma agenda de lutas. As pautas são integradas entre às coordenações, para promover o debate e a discussão, para inclusão e o reconhecimento dos direitos das minorias. A coordenadora dá um exemplo de como funcionou e está funcionando a agenda das transexuais e travestis:

*“Neste ano a gente trabalhou muito em cima do nome social, que recentemente foi aprovado, e que aí é outro ponto de trabalho nosso, que é resultado de uma política, que a gente construiu uma resolução do nome social na Universidade de Brasília, que está em processo de implementação, implantação eu diria. E temos então esse calendário de lutas, na semana das mulheres, nós fizemos uma agenda própria.”*

E também explica de que forma é realizado o trabalho da DIV:

*“Todas as nossas ações são construídas de forma participativa, que significa dizer que nenhuma ação da DIV é resolvida dentro de um gabinete, se a gente for desenvolver uma ação, a gente faz uma chamada pra coletivas e coletivos estudantis, núcleo de pesquisas, quem quiser da comunidade universitária. Quem é o nosso público? Como já falei, a DIV está no âmbito do DAC, que trabalha com a comunidade universitária, estudantes, docentes, técnicos e funcionários e funcionárias terceirizadas, veja que a gente atende toda a comunidade. E isso é um dos mecanismos da promoção de direitos, a gente faz uma grande chamada, levanta expectativas para a comunidade universitária do que a gente tá construindo e busca apoiar essas atividades e fazer com que as pessoas discutam entre si e integrem as suas atividades, a nossa perspectiva é que a gente fortaleça esse núcleo, então toda essa rede que a gente estar constituído, a gente entende que as coletivas e coletivos estudantis são parceiros centrais do enfrentamento à violência, a gente tem o CCM, um conjunto de coletivas que são nossas parceiras, Centros Acadêmicos (CA’s), então a gente sempre trabalha com esse grupos e unidades da própria universidade e núcleos de pesquisa. Esse ano, na semana das mulheres, a gente fez uma ação, que foi para além da comunidade universitária. Eu esqueci de dizer, que está no âmbito da política, que a gente compõe a rede de proteção de mulheres do DF, essa rede, ela é constituída por várias instituições do Distrito Federal e a gente tem reuniões mensais para fazer discussões sobre casos e encaminhamento e pra que essa rede funcione no apoio e no enfrentamento à violência contra as mulheres. Por exemplo, esse ano, a rede de proteção, por meio do centro judiciário das mulheres, veio pra uma atividade com a gente, por conta dessa nossa reunião, eles construíram um projeto, uma ação, lá no Instituto Federal de Brasília(IFB), então não foi aqui. A gente entende que esses espaços são muito potentes, para a gente ampliar essa rede de proteção, fizemos um conjunto de atividades da DIV e em parceria com alguns projetos de extensão, com coletivos, assim que funciona a nossa dinâmica. Essa é um pouco a forma como a gente trabalha na promoção de direitos, outras ações*

*são cursos de capacitação para servidoras e servidores e também de extensão para a comunidade em geral.*

*Ano passado conseguimos oferecer um curso com uma carga horária de 120 horas, composto por quatro módulos, no âmbito da promoção dos direitos também temos o Teatro do Oprimido, o curso acontece no núcleo de dança, na segunda de 9h as 12h, e o que é o teatro do oprimido? É uma metodologia, desenvolvida por um teatrólogo brasileiro, Augusto Boal, e ele trabalha em uma perspectiva do teatro e da política, a ideia é que o espaço cênico se torne um espaço de enfrentamento e acolhimento, das violências vividas, a gente tem esse projeto como uma ação de acolhimento e ação pedagógica. É importante dizer que como diretoria específica para tratar dessas comunidades, a UnB é a única universidade que tem essa estrutura no Brasil, nós temos conseguido, além dessas ações, a gente tem editais que lança para que os estudantes e a comunidade em geral, promova debates e discussões, com ofertas de bolsas de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e a gente tem esse trabalho na perspectiva da instituição de políticas para diversidade, temos a questão do nome social, temos a reestruturação da DIV, o Programa de Atenção à Diversidade, que está no âmbito da proteção do direito das pessoas, considerando que as violações de direito, elas não ficam especificamente em determinado grupo social ou classe social, a gente entendeu que a DIV precisava dar conta dessas situações, sobretudo de ruptura de vínculos familiares, em decorrência de orientação sexual de estudantes, que a gente precisava apoiar essas pessoas nessas situações, e a gente tem procurado atender essas pessoas aqui, com recursos advindos do programa nacional de assistência estudantil.”*

Com relação às denúncias que são encaminhadas para a Comissão de Ética e a Comissão Disciplinar, o resultado do processo é restrito e a DIV não tem acesso sobre o que é conversado nas devidas comissões. Mas são instâncias que atingem somente o servidor público, elas não têm competência para atuarem em casos de denúncia onde o algoz é um estudante, se referem às atitudes de um servidor público. Desse modo, trata da relação de um algoz servidor que praticou algo com uma estudante, não atuando no caso dos estudantes. Um dos casos em que foi tomada alguma providência foi o do professor da Faculdade de Comunicação (FAC), que foi resultado do processo encaminhado para a Comissão de Ética, e, de acordo com a coordenadora da DIV, nos casos em que o aluno é o assediador, somente um caso teve alguma resolução.

O processo fica com a DIV, mas este trâmite ainda é incerto, o do Hernando levou um grupo de professoras do ICS (Instituto de Ciências Sociais) a conversar com a reitoria e essa afirmou que eles estão pensando em canais institucionais para dar entrada em processos contra estudantes, pois contra professores já há a Comissão de Ética e Comissão Disciplinar com suas devidas punições. Um desses caminhos que começam a ser desenhados é dar entrada na

Ouvidoria, que encaminha o processo para a DIV, onde resoluções sobre convivência comunitária estão sendo criadas. A diretora da DIV continuou explicando:

*“No caso de processos disciplinares discentes nós temos um caso, a gente teve uma estudante agredida por um aluno que fez a denúncia na DIV e nós compartilhamos o encaminhamento com a unidade acadêmica, e o encaminhamento foi de, claro, proteção a essa estudante e um acompanhamento pedagógico com as temáticas de gênero, para esse estudante, para que ele tenha acesso a essas leituras e o debate com uma professora que naquele período se tornou tutora dele. Por isso a gente trabalha com a rede de proteção externa, pois a gente tem limites, a gente não tem poder de polícia, quem têm que desenvolver a parte judiciária é a DEAM e a Delegacia Contra Crimes de Intolerância. E como é feito isso? Por exemplo, se uma estudante chegou aqui e que a gente encaminhou para a delegacia, prestou o boletim de ocorrência, inicia-se um processo lá, e se ela tem uma medida protetiva é visto no judiciário que ela está em uma situação de risco, e o agressor está perto e ela tem a medida protetiva, ela tem todo o nosso apoio aqui e nossa intervenção na unidade para garantir o cumprimento da medida protetiva, e que sobretudo a rede de proteção dela seja comunicada e fortalecida para que nada aconteça, senão a própria universidade vai estar permitindo uma situação que viola a manifestação do próprio judiciário. E qual é a sensação de justiça? No âmbito administrativo a gente apoia e trabalha com as vítimas e encaminha para processos de responsabilização administrativa dos agressores, mas a gente não trabalha com os agressores, a gente só trabalha com a vítima. Então é isso, a gente tem essas redes de apoio e acolhimento, a gente tem os processos que a gente acompanha administrativamente, e o acompanhamento dessas pessoas para que elas consigam superar a situação de violência a qual foi submetida. Lembrando que o processo administrativo para servidor público é regulado pela 8.112, o processo disciplinar discente tem uma resolução (que deve ser produzida pela universidade), que vai determinar o que deve ser feito com o agressor, se ele for estudante, ainda que ele esteja defasado, não conseguimos atualizar essa resolução, mas ela existe.”*

As mulheres vítimas de violência que chegam à DIV recebem um acolhimento e são orientadas e fortalecidas juntamente com uma rede de proteção, neste processo são preparadas para realizar a denúncia nos órgãos responsáveis, mas a decisão é da vítima, algumas não se sentem preparadas para realizar a denúncia e buscam somente um apoio psicológico. E com relação às denúncias que são coletadas na DIV perguntei à coordenadora se seria necessário provas para realizar a denúncia dentro da universidade:

*“Não precisamos de prova, é feito um relatório a partir da escuta dessa pessoa, se ela não fez o boletim de ocorrência, a gente vai fortalecê-la para que ela faça, mas a gente não vai impedir que abra o processo aqui, mas vamos fortalecê-la para que ela faça a denúncia na rede de proteção externa, porque aí é um crime e a gente não pode deixar de orientá-la nesse sentido.”*

Segundo dados da DIV, ao longo do ano de 2017, foram realizados 94 atendimentos a mulheres (cis e trans). Os atendimentos realizados geralmente demandam outras escutas por profissionais da DIV, encaminhamentos à rede interna e externa de proteção às mulheres, intervenções acadêmicas, entre outras ações.

A DIV é um órgão que tenta atender à demanda de todas as minorias da universidade com poucos recursos e poucos profissionais, o que dificulta o acolhimento das vítimas e o encaminhamento dos seus processos. Além de possuir um espaço pequeno para a realização dessas atividades, a comunidade universitária tem pouco conhecimento da existência da DIV, porém estão em parceria com a Faculdade de Comunicação(FAC) para desenvolver uma política de comunicação e popularizar a DIV. A diretoria ainda não existe em outros campi, estão tentando fazer uma parceria com o SOU (orientação de atendimento ao aluno) para realizarem um atendimento parecido com da Diretoria de Diversidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste presente trabalho não pretendo de nenhuma forma esgotar a discussão sobre as estratégias políticas que estão sendo utilizadas pelas mulheres no enfrentamento ao machismo no contexto universitário, apenas encerro, neste momento, com uma reflexão de que é necessário que o feminismo consiga dialogar com as mulheres e que para isso nós enquanto pesquisadoras da temática temos que colocar nossas experiências e vivências em nossos escritos para que assim possamos descrever os sentimentos e resistências das mulheres.

Esta monografia escrita em forma de denúncia é um protesto sobre o que vem acontecendo com as mulheres dentro da Universidade de Brasília, aqui mostro como as mulheres estão se organizando das mais diversas maneiras para não serem violentadas pelos discursos e ações machistas e serem ouvidas pelas instituições que burocratizam todos os setores da sociedade, principalmente quando pensados em prol das minorias.

Por isso apresentei os contextos Estado e sociedade, claro que de uma maneira micro, universidade *versus* mulheres, pois pretendo despertar nos que lerem este trabalho que é possível mudar suas realidades com ação, ela possui um papel importante na auto-organização das minorias, neste caso das mulheres, mas ela deve estar presente em todas as movimentações que querem transformar a sociedade.

E então devemos combater as Instituições, pois elas atuam no modus capitalista e que por isso é necessário criar um novo modo de fazer feminismo, um feminismo que seja mais representativo, decolonial. Assim, como argumenta Lorde (1988), senão continuaremos negociando com a “Casa Grande” e estaremos sempre oprimindo alguém e utilizando as mesmas ferramentas da lógica deles. Acredito que essa ideia apresentada por Lorde possa ser aplicada não só no âmbito do feminismo, mas em todos os contextos de lutas como classe, raça, etnia e sexualidade.

Diferente da maneira tradicional do fazer antropológico foi o trabalho de campo que me inseriu na antropologia e não o contrário. Quero dizer que a minha experiência enquanto ativista feminista foi fundamental para descrever as vivências e sentimentos das mulheres com as quais

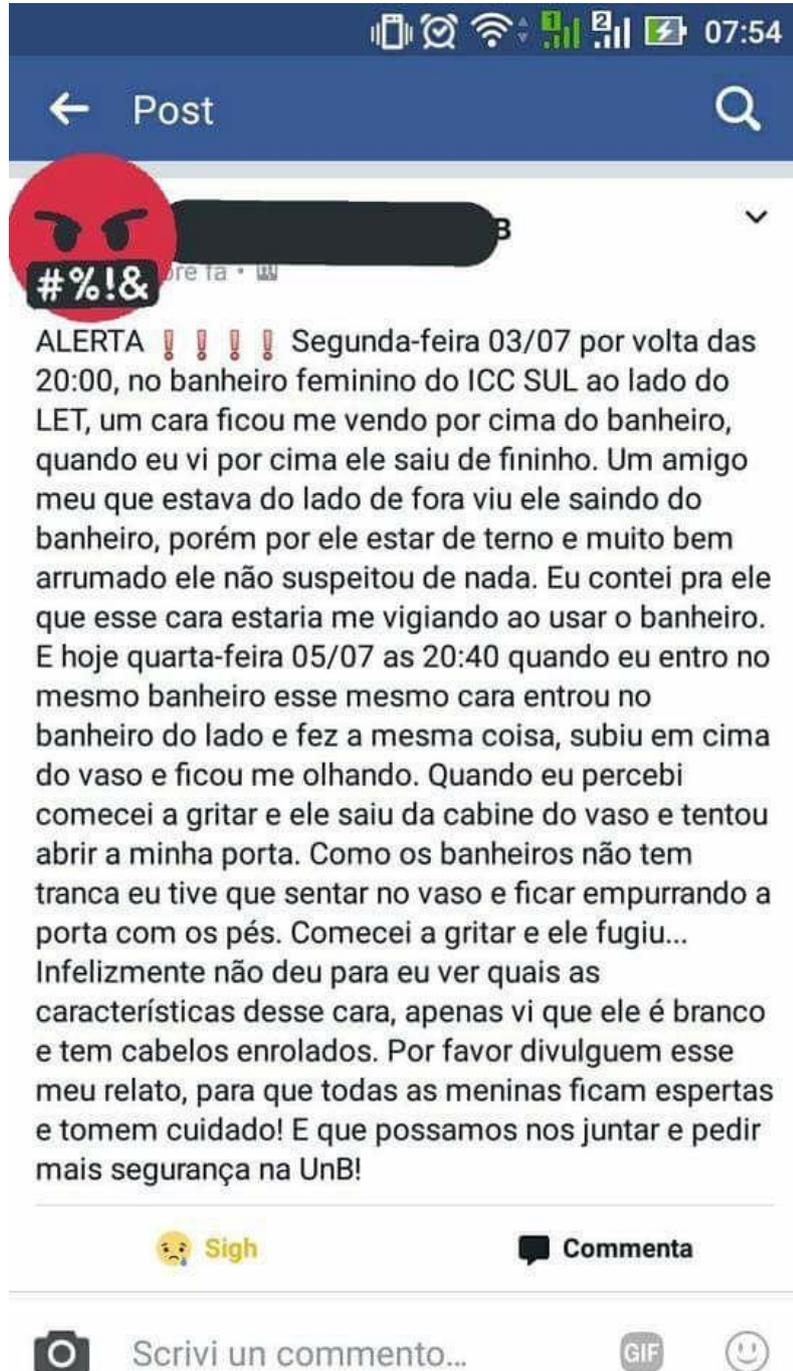
convivi, pois foi através da percepção enquanto mulher oprimida que decidi escrever sobre o universo feminino. Moraga (1988) expõe que é perigoso tratar as opressões em termos meramente teóricos e que precisamos ser capazes de reconhecer a especificidade da opressão, por isso a necessidade de analisar nossas próprias opressões, só assim conseguiremos mudar o linguajar e realmente dialogar com as mulheres.

Neste trabalho também faço uma crítica à metodologia antropológica, do antropólogo distante, observador, neutro, que não está inserido no contexto em que está pesquisando e nunca é afetado por ele. Assim, apresento outras maneiras de fazer antropologia, que possui uma dimensão afetiva, subjetiva. Acredito que usar a ficção etnográfica como artifício metodológico permite que o texto adquira uma forma de produção literária, convertido em enunciado político, permitindo consolidar uma rede de práticas políticas e artísticas.

Apresento na minha escrita não somente as emoções das mulheres que convivi, mas as minhas emoções também estão presentes, pois as expressões fazem parte do universo tanto da antropóloga como da interlocutora. Por isso, uso como técnicas metodológicas diferenciadas e criativas, por ter um aspecto mais sensível, e assim buscando o entendimento integral dos fenômenos e criticando questões antropológicas sobre determinados binarismos, como: natureza/cultura, corpo/mente, razão/emoção, realidade/ficção.

Tentar explicar, apresentar determinadas questões encontradas no campo como imutáveis, fixas, não faz sentido, afinal as interpretações se transformam o tempo inteiro e são várias, por isso a importância de se criar novas formas do fazer antropológico e da expansão do conhecimento como uma maneira que afete, cative as pessoas para que possamos compartilhar, refletir sobre as questões apresentadas, tendo como intenção estabelecer uma relação igualitária dentro da produção do conhecimento antropológico. Portanto, a construção do trabalho antropológico deve ser coletiva e mutável e sempre deve estar atenta aos diferentes sentidos e entender que as experiências são indicadas por elas.

## 6. ANEXO 1:





9 min · 🌐



Eu passei os últimos dias remoendo o assédio sexual que sofri na UnB terça passada. Me doeu mais do que eu admiti, ativou vários gatilhos e eu confesso que estou muito perdida e não sei o que fazer, até porque aconteceu num lugar que eu gostava e frequentava muito.

Acabei me distanciando um pouco dos meus amigos pq comecei a frequentar esse lugar. Eu criei uma rotina e preciso criar outra. Me dói muito saber que eu fui reduzida ao meu corpo, me dói muito saber que não foi a primeira vez, nem a segunda e nem será a última. Me dói muito saber que o agressor me fez de louca, duvidou da minha sanidade mental, disse que foi um acidente. Poxa, a mira tá boa, hein? Dois acidentes seguidos e premeditados.

Eu estou repetindo o mantra "vai passar, vai dar tudo certo". Mas não tá passando e eu não tô sabendo como lidar com essas questões que aparecem dentro da minha cabeça.



1 comentário

Experimente o  
Facebook Lite, nosso  
aplicativo mais rápido

Instalar

Pessoal, sei que não é o foco do grupo, mas queria deixar um alerta, principalmente às meninas!!

Hoje (27/07/2017), por volta das 17h30, eu passei por uma situação horrível na pracinha da FE, eu ainda tô muito em choque. Tem um cara que tá andando por aí e fica se masturbando na frente das meninas. Ele usa uma mochila jeans e, pra disfarçar, a coloca no colo quando senta, então coloca o pinto pra fora e se masturba. Aconteceu comigo e aparentemente essa já não é a primeira vez! Quando eu percebi o que estava acontecendo, ele levantou e saiu correndo em direção à L2. Não me lembro com detalhes da aparência física, porque fiquei muito assustada, mas ele é alto e bem magro, com o cabelo raspado e usa um cavanhaque. Tomem muito cuidado, não sabemos do que mais ele é capaz de fazer! Vou tentar ir a uma delegacia fazer um BO, não tenhamos medo de denunciar!



7 de abril de 2016

- RELATO MUITO IMPORTANTE -

Gente, eu sou estudante da fau e por volta de 19h40 quase aconteceu uma tentativa de estupro comigo e eu to decidindo me mobilizar e alertar todas vocês.

Por volta desse horário tinha um cara parado nos mezaninos da fau observando os PA's nos atêlies (eu estava no PA2 com mais uma amiga e um amigo) e esse meu amigo percebeu que ele ficou por HORAS encarando a gente. Depois de um tempo ele desceu e ficou lá no mesmo ateliê com a gente, apenas observando, não fazia nada e meu amigo começou a achar isso meio estranho.

Quando eu me levantei pra ir ao banheiro que fica em frente a faculdade, meu amigo viu esse cara levantando e me seguindo pro banheiro feminino (meu amigo falou que ele tava excitado e andou com a mão no pênis na minha direção), quando eu fechei a porta (que no caso não tranca) eu escutei passos dentro do banheiro que adivinhei que não eram de uma mulher porque eram passos longos e ele andava rápido (mulher normalmente tem passo curto), esse cara entrou no banheiro do lado do meu e por sorte, porque eu usei o banheiro MUITO rápido, ele não tentou fazer algo comigo. Mas ele ficou lá dentro do banheiro.

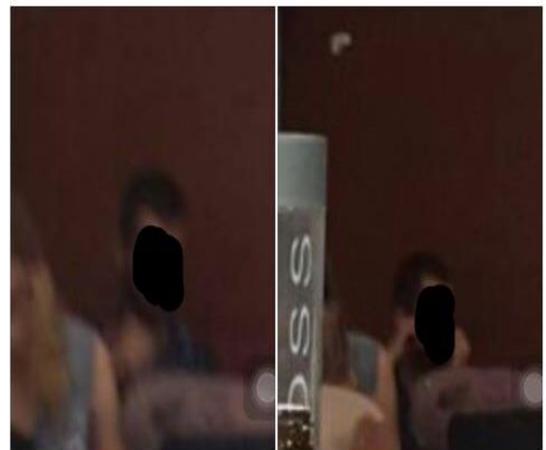
Quando eu voltei pro PA meu amigo e minha amiga estavam desesperados porque eles viram isso e não sabiam o que fazer, meu amigo até sugeriu que minha amiga entrasse no banheiro mas ele ficou com medo de que algo acontecesse, quando eles me contaram eu não acreditei e imediatamente fui procurar ajuda pra ir embora e alguém acompanhar a gente pro estacionamento, mas meu amigo não conseguiu ver ele por lá

(só meu amigo percebeu na aparência desse cara)

Enfim, antes de ir ao banheiro meu amigo fingiu que tava tirando foto de uma maquete pra tentar pegar o rosto do cara mas ele percebeu que ele tava tentando fazer isso, as fotos tão MUITO embaçadas, meu amigo tava muito nervoso. Enfim, ele disse que nunca viu esse cara na FAU e que ele tem 20 e tantos anos.

Tô querendo ir amanhã atrás de algum registro das câmeras da FAU e mobilizar o caralho que for.

Tô com medo por mim, por todas as meninas da FAU e meninas da Unb, é difícil viver em uma sociedade em que cada homem é a porra de um estuprador em potencial.



## 7. ANEXO 2 :

### UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ATO DA REITORIA N. 0488/2013

Cria, na estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários, a Diretoria da Diversidade.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 5º, 36 e 42 do Regimento da Administração Superior da Universidade de Brasília, aprovado pelo Conselho Diretor da FUB, e tendo em vista o Memorando n. 126/DAC, de 2/5/2013 (UnBDoc n. 55825/2013),

#### RESOLVE:

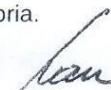
- Art. 1º Criar, na estrutura organizacional do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), a Diretoria da Diversidade (DIV), a qual compete elaborar, executar, monitorar e avaliar políticas, programas e ações voltadas ao respeito e ao convívio com a diferença, no sentido de assegurar os direitos da comunidade universitária em relação às questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Art. 2º A Diretoria da Diversidade está fundamentada nos direitos humanos relativos aos valores da justiça, liberdade, solidariedade, igualdade, combate ao preconceito e à intolerância, com vistas à formação de valores ético-humanísticos, voltados à consolidação de uma sociedade mais justa.
- Art. 3º Objetivos da Diretoria da Diversidade:
- I elaborar, executar e acompanhar as políticas, programas, projetos e ações, visando a igualdade de oportunidade e o respeito à diferença, promovendo a cidadania na comunidade universitária;
  - II promover fórum permanente de discussão, monitoramento e avaliação das políticas, programas, projetos e ações relacionadas à questão da diversidade na comunidade universitária;
  - III oportunizar a intersetorialidade das políticas, programas e ações em seu âmbito de atuação, com os governos federal e distrital;
  - IV desenvolver estudos e pesquisas sobre políticas, programas e ações afirmativas relacionadas às temáticas da diversidade, no âmbito da Universidade de Brasília;





## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- V dotar práticas político-pedagógicas comprometidas com o respeito à diversidade, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça e inclusão social, da democracia e da cidadania;
- VI criar espaços e redes interativas que acolham, com legitimidade, as demandas da comunidade acadêmica da UnB sobre a política da diversidade;
- VII criar um sistema de disque-denúncia com o objetivo de receber e apurar as demandas de violação de direitos no âmbito da Universidade de Brasília;
- VIII ser um canal de referência para acolhimento, orientações e aconselhamentos, em relação às violações de direitos, relacionados às questões da diversidade;
- IX estimular e criar estratégias para fortalecer o respeito e a valorização dos direitos humanos;
- X participar de fóruns e debates relativos à inclusão de populações historicamente discriminadas;
- XI monitorar a efetividade, no âmbito da UnB, de normas que garantam os direitos relacionados à questão da diversidade na Universidade de Brasília.
- Art. 4º A Diretoria da Diversidade será constituída por:
- I Diretor da Diversidade;
- II Secretaria Administrativa;
- III Coordenação da Questão Negra;
- IV Coordenação da Diversidade Sexual;
- V Coordenação da Questão Indígena;
- VI Coordenação dos Direitos da Mulher;
- Art. 5º Ao Diretor da Diversidade compete:
- I propor e coordenar políticas relacionadas às questões da diversidade e mediar recursos materiais e financeiros para desenvolver as coordenações da Diretoria da Diversidade.
- II prestar apoio técnico às unidades de graduação e pós-graduação.
- III divulgar programas comunitários.
- IV avaliar as ações da Diretoria da Diversidade.
- V assessorar o DAC nas suas competências.
- VI promover a integração entre as coordenações vinculadas à Diretoria.
- VII representar a Diretoria nos assuntos relativos à sua área de competência.
- VIII gerenciar os recursos financeiros destinados à Diretoria.



2/4

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- IX elaborar o PDI e orçamento anual da Diretoria.
- X divulgar as ações da Diretoria da Diversidade no âmbito interno e externo da Universidade de Brasília.
- XI presidir as reuniões junto às coordenações da Diretoria da Diversidade.
- XII participar das reuniões do DAC.
- XIII acompanhar as denúncias recebidas pelo disque-denúncia, que dizem respeito a sua área de competência.
- Art. 6º Às Coordenações da Diretoria da Diversidade competem:
  - I estimular o respeito e a valorização das questões pertinentes à diversidade;
  - II elaborar estudos e pesquisas sobre as ações afirmativas relacionadas às temáticas da diversidade;
  - III acompanhar os estudantes oriundos do sistema de cotas para os negros e indígenas, desde o ingresso na UnB;
  - IV atuar nas áreas de ensino, pesquisa e extensão em temas relativos à diversidade;
  - V formular, fomentar e executar programas de gestão da diversidade no ambiente acadêmico;
  - VI buscar parcerias internas e externas à UnB a fim de viabilizar apoio financeiro;
  - VII manter intercâmbio e cooperação com entidades públicas e/ou privadas locais, nacionais ou internacionais;
  - VIII criar fórum permanente de discussão, monitoramento e avaliação dos programas e ações das questões pertinentes à diversidade;
  - IX atuar como espaço de referência e apoio as questões pertinentes à diversidade; e
  - X zelar pela guarda de todos os bens patrimoniais, de propriedade da FUB, que se encontram sob a responsabilidade das coordenações e da Diretoria.
- Art. 7º Secretaria Administrativa:
  - I atender ao público em geral;
  - II assessorar a execução das atividades, analisando processos e documentos, preparando pareceres e captando informações em assuntos relacionados à Diretoria da Diversidade;
  - III propor, aplicar, acompanhar e controlar os recursos orçamentários;
  - IV proceder ao controle da carga patrimonial;
  - V executar e controlar as tarefas relacionadas à gestão de pessoas, como

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- frequência, férias, licenças, afastamentos e outros;
- VI coordenar, executar e controlar as tarefas relacionadas com portaria, copa, limpeza de equipamentos, instalações físicas e do mobiliário em geral;
- VII redigir, digitar, conferir e reproduzir documentos e correspondências;
- VIII preparar remessa de correspondências;
- IX preparar, receber e controlar a entrada e a saída de documentos e correspondências;
- X disseminar e/ou arquivar documentos;
- XI elaborar pedidos de compras, requisitar, controlar e distribuir materiais de consumo e equipamentos;
- 
- XII proceder a atualização, manutenção e disseminação de resoluções, atos e outros manuais específicos;
- XIII auxiliar na elaboração do relatório geral das atividades, e
- XIX registrar, em sistema digital e em forma de texto escrito, as memórias e os relatórios que possam traduzir os desafios e as perspectivas desta Diretoria.
- Art. 8º Este Ato entrará em vigor a partir desta data.

Brasília, 9 de maio de 2013.

  
Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor

## 8. ANEXO 3:



Universidade de Brasília – UnB  
Decanato de Assuntos Comunitários – DAC  
Diretoria da Diversidade – DIV

### FICHA DE REGISTRO DE ATENDIMENTO

FICHA DE ATENDIMENTO						
DIRETORIA DA DIVERSIDADE - DIV						
OBS: se já tiver preenchido a Ficha de Atendimento anteriormente, preencha apenas <b>Bloco Controle Administrativo e Bloco de Acolhimento</b>						
Bloco Controle Administrativo	Data de entrada: / /	Horário da entrada: : :	Dia da Semana:			
			S	T	Q	Q
Nome Completo:						
Bloco Dados para Contato	E-mail:		Telefone:			
Bloco de Informações Pessoais	Ocupação na UnB: <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Servidor/a <input type="checkbox"/> Terceirizado/a <input type="checkbox"/> Outra					
	Idade:	Matrícula:				
	Raça/cor: <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Outra					
	Identidade de gênero: <input type="checkbox"/> Homem Cis <input type="checkbox"/> Homem Trans <input type="checkbox"/> Intersexo <input type="checkbox"/> Mulher Cis <input type="checkbox"/> Mulher Trans <input type="checkbox"/> Travesti <input type="checkbox"/> Outra					
	Orientação sexual: <input type="checkbox"/> Assexual <input type="checkbox"/> Bissexual <input type="checkbox"/> Gay <input type="checkbox"/> Heterossexual <input type="checkbox"/> Lésbica <input type="checkbox"/> Outra					
	Renda média mensal individual: <input type="checkbox"/> Não possui renda <input type="checkbox"/> Até meio salário mínimo <input type="checkbox"/> Mais de meio até 03 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 03 até 05 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 05 até 10 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais de 10 salários mínimos					
Bloco de Acolhimento	Motivo de Procura da DIV: <input type="checkbox"/> Atendimento Psicossocial <input type="checkbox"/> Informação <input type="checkbox"/> Orientação					
	<input type="checkbox"/> Denúncia de violência, relacionada a: a) assédio moral   b) gênero   c) orientação sexual   d) racismo e) outra (s) _____ <input type="checkbox"/> Outro					
Para Preenchimento Exclusivo da DIV	PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO	Nome completo:				
		Coordenação:				

## 9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALVES, Branca Moreira; PITANGY, Jacqueline. 1985. O que é feminismo? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural.

bell hooks. Mujeres negras. Dar forma a teoría feminista. Publicación original: bell hooks, «Black Women: Shaping Feminist Theory», *Feminist Theory from Margin to Centre*, South End Press, 1984.

\_\_\_\_\_. 1995. Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas, ano 3, n.2, pp.464- 478.

COELHO, M. C. P. 2010. “Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções”.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa. Que leveza busca Vanda? Ensaio sobre cabelos no Brasil e em Moçambique. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. 2015. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. Cadernos Pagu 44(1), pp.199--- 228.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade, 3: O Cuidado de Si. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

GONÇALVES, Marco Antonio. 2008. O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: Topbooks.

LORDE, Audre (1988). “La casa del amo no se derrumba con las herramientas del amo”.

\_\_\_\_\_ (1981). “ Usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo”.

MACHADO, Lia Zanotta. 1999. “Sexo, estupro e purificação”. In: Suarez, Mireya & Bandeira, Lourdes (org.) *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora da UNB, pp. 297-352.

MORAGA, C. & CASTILLO, A.(org.) 1988. *Esta puente, mi espalda*. San Francisco: Editora Ismo. (Introducción e 1. Las raíces de nuestro radicalismo).

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

\_\_\_\_\_. Laços familiares/ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas. *Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies*. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093 - 1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Roch.

REZENDE, Claudia Barcellos e COELHO, Maria Cláudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. Série Sociedade e Cultura, 2010.

SEGATO, Rita Laura. 1999. “A estrutura de gênero e a injunção do estupro”. In: Suarez, Mireya & Bandeira, Lourdes (org.) *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora da UNB, pp. 387-430.

\_\_\_\_\_. 2012. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". *E-Cadernos CES*, vol 48.

